



Anais da Assembléia

Nº 111

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 1989.

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 94.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1989
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 90/89

Curitiba, 22 de novembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de

Vossa Excelência para, em conformidade com as disposições contidas no inciso XIX, do art. 87, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembléia Legislativa, a fim de que o Poder Executivo, através da Fundação de Esporte e Turismo, possa subscrever ações no montante de NCz\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil cruzados novos), para integralizar aumento de seu capital na Companhia de Foz do Iguaçu de Turismo - COMFOZTUR.

A subscrição de ações cuja autorização constitui objeto da solicitação ora formulada será atendida por recursos oriundos do orçamento da Fundação de Esporte e Turismo - dotação orçamentária 1020.08462242.275 - fonte 00 - tesouro.

Para mais detalhados esclarecimentos em torno do assunto são anexadas cópias autênticas dos ofícios ns. 1.238/89, de 09.11.89 e 1.249/89, de 17.11.89, firmados pelo Senhor Secretário Especial do Esporte e Turismo.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Of. n. 1238/GAB/89

Curitiba, 09 de novembro de 1989.
Senhor Chefe.

Conforme determina o art. 87, item XIX, da Constituição Estadual, vimos, através deste, solicitar a Vossa Excelência, se digne proceder junto à Assembléia Legislativa do Estado, pedido de autorização para Integralizar Recursos Financeiros no Capital Social da Companhia Foz do Iguaçu de Turismo - COMFOZTUR, da qual o Estado é acionista, através da Fundação de Esporte e Turismo, detendo 39,86% do capital daquela empresa.

A subscrição e integralização ora pleiteada efetuar-se-á no montante de NCz\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzados novos), recursos oriundos do orçamento da Fundação de Esporte e Turismo - dotação orçamentária 1020.08462242.275 fonte 00 Tesouro.

Salientamos, ainda, que a cada aporte de recursos provoca necessariamente uma contrapartida por parte dos demais acionistas que beneficia a Companhia em termos de investimentos.

Na oportunidade, aproveitamos para afirmar nossas cordiais saudações.

(a) EDSON GRADIA

Secretário Especial de Esporte e Turismo

Ao Excelentíssimo Senhor

ANTONIO ACIR BREDÁ

DD. Chefe da Casa Civil da Governadoria
N/Capital

Ofício n. 1249/GAB/89

Curitiba, 17 de novembro de 1989.
Senhor Chefe.

Em complemento ao nosso ofício n. 1238/GAB/89, de 09 de novembro em curso, conforme solicitação, encaminhamos informações adicionais no que tange à nossa participação acionária na COMFOZTUR. O capital social autorizado na Companhia é de NCz\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzados novos), divididos em 15 milhões de ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital subscrito e integralizado em 31.08.89, pela Fundação de Esporte e Turismo, é de NCz\$ 1.284.841,85 (hum milhão, duzentos e oitenta e quatro mil oitocentos e quarenta e hum cruzados novos e oitenta e cinco centavos), correspondente a 55,15 por cento do capital efetivamente integralizado, sem considerar o saldo da correção monetária do exercício em curso/89, que será capitalizada na próxima Assembléia Geral Ordinária, em 1990.

O Esquema de capitalização da Companhia, no total do capital, foi aprovado pela Resolução do CNTUR - Conselho Nacional de Turismo, n. 2953, de 22.07.87, a qual segue fotocópia em anexo. A participação do Estado do Paraná, através da Fundação do Esporte e Turismo, desde a fundação da Companhia, monta em NCz\$ 2.670.788,15 (dois milhões, seiscentos e setenta mil, setecentos e oitenta e oito cruzados novos e quinze centavos), correspondente a 1.003.527,52 BTN's, na data de 31.08.89.

Considerando as 692.490 ações ordinárias nominativas pelo seu valor patrimonial, a participação da FESTUR, de acordo com a Resolução acima mencionada, corresponde a 3.765.825,01 BTN's, das quais restam a integralizar 2.762.297,49 BTN's.

Sem mais para o momento, valemo-nos do ensejo para afirmar a Vossa Excelência nossas cordiais saudações.

(a) EDSON GRADIA

Secretário Especial de Esporte e Turismo

Ao Excelentíssimo Senhor

ANTONIO ACYR BREDÁ

DD. Chefe da Casa Civil
N/CAPITAL

MENSAGEM N° 97/89

Curitiba, 24 de novembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar dispondo sobre o serviço público de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná, nos termos do art. 146, da Constituição Estadual e adotando outras providências em torno dessa matéria.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Coletividade e consubstancia o resultado de estudos conjuntos realizados por técnicos da Secretaria de Estado dos Transportes e da Procuradoria Geral do Estado. As conclusões de tais estudos me foram apresentadas pelo Senhor Procurador Geral do Estado, através de seu Ofício n° 331/89, de 22 de novembro de 1989, onde, entre outros aspectos, é asseverado que:

"Para a elaboração dessa minuta foi considerado o texto constitucional federal, na sua integralidade, e o estadual (art. 146) devidamente depurado de seu parágrafo terceiro, cuja vigência se acha suspensa em razão de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal na ação direta de inconstitucionalidade que Vossa Excelência propôs junto àquela Corte".

Ainda que:

"Posso informar a Vossa Excelência, com segurança, que o texto que ora apresento é o mais completo do País, fazendo o transporte coletivo intermunicipal repousar, em direitos e deveres, sobre o tripé Estado-transportadora-usuário, e tratando do tema com extrema transparência. Como poderá ser observado, o verdadeiro destinatário do texto é o público usuário, cujo interesse não pode ser relegado a segundo plano. Pela primeira vez em nosso Estado, e de resto do país, propõe-se um tratamento legal para as concessões desse serviço público, mediante texto intelegível não apenas ao pequeno público interno das concessionárias e dos técnicos, mas ao alcance de todos os interessados, os intérpretes e os aplicadores da lei".

Por outro lado, solicito que o presente projeto de lei seja apreciado em regime de urgência, na forma prevista pelo § 1° e seguintes, do art. 66, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Súmula:

Dispõe sobre o Serviço Público de

transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná, nos termos do art. 146 da Constituição Estadual, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I Da Competência

Art. 1º - O Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros será executado pelo Estado ou outorgado, na forma desta lei, a empresas privadas, doravante denominadas transportadoras.

Art. 2º - Não estão sujeitos às disposições... serviços de transporte de passageiros, comprovadamente sem objetivo comercial, executados por entidade pública ou privada.

Art. 3º - Compete à Secretaria de Estado dos Transportes, pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR, doravante denominado concedente, executar ou outorgar, planejar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de que trata esta lei.

Capítulo II Das Definições

Art. 4º - Para efeito de interpretação desta lei entende-se por:

I - Bagageiro - compartimento destinado exclusivamente ao transporte de volumes ou bagagens, com acesso pela parte externa do veículo;

II - Bilhete de Passagem - documento que comprova contrato de transporte com o adquirente;

III - Coeficiente de Aproveitamento Médio - a relação entre a receita efetivamente auferida por uma transportadora e a receita máxima teoricamente possível de ser auferida.

IV - Coeficiente de Utilização - relação entre os lugares ocupados e os lugares oferecidos;

V - Condições Excepcionais de Demanda - oscilação sensível do número de passageiros, em razão de circunstâncias temporárias ou ocasionais;

VI - Composição Tarifária - conjunto de fatores que incidem na fixação do custo da tarifa de Transporte;

VII - Conexão de Linhas - realização de viagens em mais de uma linha com o mesmo veículo e venda simultânea de passagens correspondentes às linhas conectadas;

VIII - Demanda - volume de procura do serviço de transporte;

IX - Faixa de Horário - determinação

de horário de partida e cada transportadora na ligação efetuada por mais de uma com resguardo de intervalo mínimo entre elas;

X - frequência - número de viagens em cada sentido numa linha;

XI - Horário - momento de partida, passagem, e chegada, determinado pelo concedente;

XII - Índice de Desempenho - é a demonstração da capacidade administrativa e técnico-operacional da transportadora em serviços de transporte coletivo em que apure, em determinado período, considerando-se como fatores a idade média da frota, veículos com mais de 10 (dez) anos, multas e capacidade média de lugares da frota;

XIII - Índice de Liquidez - relação entre o patrimônio líquido e o exigível, tomada para um determinado período;

XIV - Itinerário - via percorrida na execução do serviço, podendo ser definido por código de rodovia, nome de localidade à sua margem, ou ponto geográfico conhecido;

XV - Letreiro Indicativo - letreiro existente na parte superior do pára-brisa dianteiro do veículo, contendo indicação do serviço e iluminado internamente à noite;

XVI - Linha - serviço regular entre duas localidades, que são pontos terminais, por itinerário, seccionamento e horário definidos;

XVII - Linhas Metropolitanas - são as linhas intermunicipais que ligam dois pontos, um dos quais absorve, parcialmente, o mercado de trabalho do outro;

XVIII - Mercado Autônomo - ocorre quando a demanda de passageiros, nos últimos doze meses, determine um coeficiente de aproveitamento médio superior ao que serviu de componente no cálculo da tarifa;

XIX - Mercado Intermediário - núcleo de população, localizado ao longo de itinerário de linha, sem que constitua seus pontos terminais;

XX - Norma de Carrocerias - conjunto de regras estabelecidas pelo concedente, através de seu Conselho Diretor, disciplinado dos critérios técnicos a serem observadas pelas transportadoras referentes a carroceria dos veículos utilizados na execução das linhas ou serviços complementares.

XXI - Núcleo - povoado;

XXII - Percurso - distância percorrida na execução de linha;

XXIII - Plano de Operação - descritivo operacional de linha em licitação, com as condições essenciais para início da execução;

XXIV - Ponto de Apoio - local para prestação de serviço de manutenção e socorro de veículo ou troca de tripulação;

XXV - Pontos Terminais - locais onde

se inicia e completa a viagem de linha;

XXVI - Ponto de Parada - local de parada obrigatória na realização da viagem;

XXVII - Ponto de Secção - limite de trecho compreendido pela secção;

XXVIII - Secção - serviço autorizado em trecho de itinerário, configurado no documento de outorga, com fracionamento do preço da passagem;

XXIX - Tarifa - preço fixado para o transporte de passageiros;

XXX - Tempo de Viagem - tempo de duração total da viagem, computando-se o tempo de percurso e o de parada;

XXXI - UPFPR - Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná, criada pela lei estadual n. 7.257, de 30.11.1979, com as modificações posteriores;

XXXII - Viagem Direta - viagem executada com secção única;

XXXIII - Viagem de Fretamento - serviço eventual ou contínuo, sem caráter de linha regular;

XXXIV - Viagem Múltipla - viagem total de linha em horário autorizado na outorga, além da viagem ordinária;

XXXVI - VIAGEM PARCIAL - viagem executada em parte do itinerário pela transportadora mediante requisição e autorização do Poder Concedente;

XXXVII - VIAGEM SEMIDIRETA - viagem executada com mais de uma secção em linha seccionada excluindo-se parte do seccionamento intermediário;

XXXVIII - VIAGEM REFORÇO - viagem eventual, parcial ou total, executada no itinerário, mediante comunicação ao concedente.

Capítulo III

Do Planejamento e da Implantação dos Serviços

Art. 5º - O concedente estabelecerá o Plano de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, que será aprovado por decreto, atualizando-o a cada 2 (dois) anos.

§ 1º - O plano determinará os resultados a serem alcançados, de modo a assegurar aos usuários transporte quantitativa e qualitativamente apropriado, nos termos desta lei.

§ 2º - Na elaboração do plano deverão ser considerados, dentre outros, os seguintes aspectos:

I - a importância das localidades abrangidas pela ligação no contexto político, econômico, turístico e social;

II - o total de passageiros transportados na ligação, considerando-se os últimos 12 (doze) meses;

III - a capacidade de geração de

transporte das localidades servidas;

IV - o caráter de permanência da ligação;

V - o nível do serviço prestado;

VI - a infra-estrutura de apoio da ligação;

VII - conveniência de operação dos mesmos serviços por duas ou mais empresas, sem vínculo de interdependência;

VIII - a comodidade, o conforto, a rapidez e a segurança para o usuário;

IX - a delimitação e o dimensionamento dos mercados de transporte consoante as conveniências de implantação e operação dos serviços.

Art. 6º - As linhas e serviços de transporte coletivo intermunicipal classificam-se em metropolitana e rodoviários.

§ 1º - As linhas e serviços metropolitanos classificam-se em:

I - METROPOLITANO CONVENCIONAL - transporte com utilização de veículo com duas portas, com controle de passageiros mediante relógio marcador lacrado (catraca), admitidos passageiros em pé até o limite de 6 (seis) por metro quadrado;

II - METROPOLITANO SUPLETIVO - transporte com utilização de veículo com uma única porta, com capacidade máxima de 32 (trinta e dois) passageiros sentados, com controle de passageiros mediante relógio marcador lacrado (catraca), com utilização de poltronas reclináveis e vedado o transporte de passageiros em pé.

§ 2º. As linhas e serviços rodoviários classificam-se em:

I - RODOVIÁRIO DE CATEGORIA SUPERIOR - aquele que apresenta as seguintes características:

a) as passagens são adquiridas com antecedência, proporcionando reserva de lugares;

b) a origem e o destino das viagens processam-se em terminais rodoviários e, na falta destes, em agência de venda de passagens, ambos dotados dos requisitos mínimos de capacidade, segurança, higiene e conforto;

c) uso de ônibus tipo rodoviário convencional, com equipamentos adicionais, dotado das condições estipuladas na Norma de Carrocerias, com tarifa diferenciada, quando for o caso, a critério do concedente;

d) vedação do transporte de passageiros em pé;

e) oferta de viagens em geral expressas, com número reduzido de paradas, restritas aos pontos de secção previamente autorizados pelo concedente e aos pontos de apoio;

f) utilização de rodovias em regiões predominantemente não conturbadas, propor-

cionando viagens em velocidades relativamente uniformes.

II - RODOVIÁRIO CONVENCIONAL - aquele que apresenta as seguintes características:

- a) as passagens são, em geral, cobradas no interior dos veículos ou agências;
- b) a origem, o destino e as paradas intermediárias das viagens processam-se em terminais rodoviários ou em abrigos rodoviários convencionais;

c) uso de ônibus rodoviário convencional, de acordo com a Norma de Carrocerias;

d) permissão de transporte de passageiros em pé, em número não superior a 30% de sua capacidade nominal, e em linhas com extensão de até 150 (cento e cinquenta quilômetros).

III - RODOVIÁRIO EXECUTIVO - aquele que, além das características mencionadas no inciso I, possui outras, definidas na Norma de Carrocerias.

IV - RODOVIÁRIO LEITO - aquele que, além das características mencionadas no inciso I, dispõe de poltronas-leito.

Art. 7º - O concedente estabelecerá o padrão de veículo a ser adotado em função da classe, qualidade de serviço e tempo de percurso.

Art. 8º - A implantação de linhas e serviços será antecedida de estudos que levarão em consideração os seguintes fatores mínimos:

I - conforto e comodidade dos usuários, e a necessidade do transporte, verificada em levantamentos estatísticos;

II - viabilidade econômica de exploração;

III - reflexos que impliquem acima de 15% (quinze por cento) do mercado de passageiros de outros serviços regulares já em execução, não sendo consideradas as variações inferiores a esse limite.

Art. 9º - Caso os estudos referidos no artigo anterior indiquem a conveniência de determinada linha ser operada por mais de uma transportadora, o concedente abrirá licitação para delegar o serviço dessa linha até o atendimento integral previsto no Plano de Transporte.

Art. 10 - O concedente procederá permanente controle da qualidade dos serviços prestados pela transportadora e do atendimento quantitativo do mercado, nos termos do contrato.

§ 1º - No controle de qualidade serão aferidas as características do serviço, sua execução sob condições de conforto, higiene, regularidade, pontualidade e segurança, obedecidas as seguintes regras:

I - veículos, pontos de parada e pon-

tos de apoio em boas condições de segurança, conforto e higiene, com equipamentos em bom estado de manutenção e utilização;

II - cumprimento do esquema operacional aprovado pelo concedente, especialmente quanto aos horários de partida, chegada e etapas intermediárias de viagem;

III - bagagens e encomendas a salvo de danos ou extravios;

IV - cumprimento dos artigos 54 e 55 desta lei;

V - índice de acidentes, em relação ao número de viagens realizadas, dentro dos limites fixados pelo concedente, excluídos os não imputáveis à transportadora.

§ 2º - O controle quantitativo destinar-se-á a verificar o suprimento de determinado mercado de transporte, mediante apuração do coeficiente de aproveitamento médio da linha ou serviço, observado o seguinte:

I - nos serviços rodoviários, até o máximo de 0,75 (setenta e cinco centésimos);

II - nos serviços metropolitanos, até o máximo de 1,0 (um inteiro);

III - em ambos os casos, a critério do concedente, será admitida variação para mais de até 15 pontos percentuais.

§ 3º - Constatada insuficiência no atendimento da linha ou serviço, o concedente notificará a transportadora para supri-la em trinta dias, ou oferecer justificativa, sob pena de:

a) convocarem-se novas transportadoras para compartilhar o atendimento, reduzindo-se o número de horários da linha de operação, para assegurar a viabilidade econômica das novas concessões;

b) ser rescindido o contrato de concessão.

Art. 11 - Quando a demanda sofrer acréscimo incomum, não previsto e temporário, a transportadora, se não tiver meios de satisfazê-la com seus veículos cadastrados para linhas regulares, deverá supri-la, enquanto perdurar a situação, utilizando outros veículos, desde que vistoriados e expressamente liberados pelo concedente.

Capítulo IV

Da Outorga dos Serviços

Art. 12 - A prestação de serviço público de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros será outorgado:

I - no regime de concessão, sempre precedida de licitação, na modalidade concorrência, obedecido o Plano de Transporte, e, no que couber, o Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, com suas modificações posteriores;

II - no regime de autorização.

§ 1º - As concessões que se vencerem na vigência desta lei, serão licitadas nos 6 (seis) meses que antecederem a expiração dos respectivos contratos.

§ 2º - Não se admitirá cláusula de exclusividade na outorga de concessões.

Art. 13 - A concessão para exploração dos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros é intransferível e dar-se-á pelo prazo de 10 (dez) anos, admitindo-se, a critério do concedente, uma única prorrogação por 6 (seis) meses.

Art. 14 - A exploração dos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros sob regime de autorização dar-se-á pelo prazo máximo de 6 (seis) meses e terá como finalidade a aferição de parâmetros para eventual licitação.

Parágrafo Único - A transportadora que operar sob o regime de autorização não gozará de vantagens na licitação.

Art. 15 - o procedimento de licitação para outorga de concessão será iniciado decorridos 30 (trinta) dias da primeira publicação do resumo do edital no Diário Oficial do Estado e em periódicos de grande circulação, a critério do concedente.

Art. 16. O edital de concorrência conterá:

I - indicação de local, dia e hora para apresentação das propostas;

II - indicação da autoridade que receberá as propostas;

III - local onde serão prestadas informações sobre a concorrência;

IV - disposições sobre o conteúdo das propostas;

V - valor, forma de prestação e modo de restituição de caução;

VI - características da linha, especificando:

a) número de transportadoras para a exploração;

b) número de veículos necessários à operação;

c) itinerário e percurso;

d) seções;

e) pontos terminais e de parada;

f) extensão da linha;

g) frequência;

h) condições de piso da estrada;

i) tipo de serviço;

VII - exigência de capital integralizado mínimo;

VIII - condições mínimas de guarda e manutenção do equipamento, inclusive de serviços mecânicos próprios ou contratados, com capacidade para atender à frota nos pontos terminais, e, quando exigido, em pontos de apoio;

IX - prazo máximo para início dos serviços;

X - exigência de apresentação de Plano de Operação da linha em certame;

XI - critérios para o julgamento da concorrência, pontuando-se as seguintes circunstâncias:

a) adequação do Plano de Operação às condições técnicas descritas no edital;

b) capacidade econômico-financeira do licitante;

c) desempenho anterior da transportadora;

d) disponibilidade e idade média da frota a ser vinculada ao serviço licitado.

XII - outras condições, visando a maior eficiência e comodidade dos serviços.

Art. 17 - Será considerada vencedora da concorrência a empresa que apresentar maior número de pontos nos critérios de julgamento previstos no edital.

Parágrafo Único - Ocorrendo empate no julgamento, serão observadas, para a escolha do vencedor, as seguintes condições, pela ordem:

a) sede social no Estado do Paraná;

b) exploração regular de linha outorgada pelo concedente, cobrindo em maior parte o itinerário da linha em licitação;

c) sorteio.

Art. 18 - No instrumento de concessão, observadas as normas desta lei, constarão, obrigatoriamente:

I - identificação das partes;

II - características da linha, atendidas, no que couber, as especificações do art. 16, VI;

III - valor do investimento mínimo;

IV - compromisso da transportadora de atender requisição do concedente para garantir operação de serviços, nas hipóteses de suspensão temporária de linhas ou extinção de contrato de concessão, e ainda para satisfazer demanda, até que seja cumprida a determinação do art. 9º desta lei;

V - valor da caução;

VI - demais condições operacionais e legais;

VII - cláusula proibitiva do uso de fumo nos veículos;

VIII - foro.

§ 1º - Para a formalização do contrato, a transportadora deverá apresentar:

I - apólice do seguro de responsabilidade civil obrigatório;

II - apólice do seguro de acidentes pessoais;

III - certificado, ou documento equivalente, de registro e vistoria dos veículos, e do registro da transportadora junto ao concedente;

IV - compromisso de obter, no prazo improrrogável de trinta (30) dias, autorização para utilização de pontos de embarque, desembarque e de parada;

V - outros documentos exigidos por lei

ou pelo concedente;

VI - prova de licenciamento dos veículos no Estado do Paraná.

§ 2º - O não atendimento das exigências do parágrafo anterior acarretará a perda do direito de contratar, possibilitando-se ao concedente convocar os licitantes remanescentes, na ordem de sua classificação.

Art. 19 - Firmado o contrato, serão expedidos certificado de concessão e a ordem de início dos serviços.

Parágrafo Único - O certificado de concessão deverá especificar:

- a) nome da transportadora;
- b) número do registro junto ao concedente;
- c) número da linha, indicação dos seus terminais, seções e itinerários;
- d) horários de partida e de chegada nos terminais e pontos de seção e de parada;
- e) restrição existente.

Art. 20 - A concessão sujeita-se a período de carência de 2 (dois) anos, computado no prazo, durante o qual serão observados a capacidade administrativa, técnico-operacional e índice de desempenho da transportadora.

Parágrafo Único - Durante a carência, comprovadas a incapacidade administrativa ou técnica operacional na forma do art. 10, será rescindido o contrato de concessão, com reversão da caução ao concedente, e sem direito a indenização.

Art. 21 - São causas de extinção do contrato de concessão:

- I - expiração do prazo;
 - II - rescisão judicial;
 - III - rescisão consensual;
 - IV - encampação ou resgate;
 - V - caducidade ou decadência, incluídas as hipóteses de paralisação da linha sem autorização e de descumprimento das disposições desta lei, do Plano de Transporte ou do contrato;
 - VI - falência de transportadora.
- Art. 22 - A mesma ligação, pelo mesmo itinerário, não poderá ser explorada por transportadoras entre as quais existam vínculos de interdependência.

Parágrafo Único - Configurar-se-á interdependência quando:

I - uma das transportadoras, por si, qualquer de seus sócios ou acionistas, cônjuges ou dependentes destes, detiver o controle da outra;

II - a mesma pessoa exercer simultaneamente nas transportadoras funções de gestão, sob qualquer denominação do cargo.

Art. 23 - Decorrido o período de carência previsto no artigo 20, serão admitidas as seguintes alterações na concessão:

- I - fusão de linhas;

II - prolongamento de linha, em razão de transferência de um de seus terminais;

III - encurtamento de linha, em razão de transferência de um ou ambos os terminais;

IV - mudança de itinerário;

V - inclusão e exclusão de pontos de seção.

§ 1º - A linha resultante da fusão, prolongamento ou encurtamento deverá atender aos critérios fixados no Plano de Transporte.

§ 2º - Na hipótese de fusão de linhas, serão rescindidos os respectivos contratos, lavrando-se um novo instrumento, cujo prazo de vencimento será idêntico ao do mais antigo dos contratos originários.

Art. 24 - Admitir-se-á a fusão de linhas quando:

I - forem operadas pela mesma transportadora;

II - não houver outra transportadora executando a linha resultante, mesmo com seção de linha;

III - não ocorrer prejuízo no atendimento aos mercados intermediários.

Art. 25 - Admitir-se-á o prolongamento da linha quando:

I - o local do novo terminal não reunir condições de mercado de transporte para implantação de linha, mas se constitua fonte secundária;

II - a distância entre o terminal original e o pretendido não ultrapassar de 20% (vinte por cento) o percurso inicial estabelecido no contrato;

III - o novo terminal não for servido diretamente por outra transportadora e desde que do prolongamento não resulte superposição de linha.

Art. 26 - Admitir-se-á o encurtamento de linha quando:

I - o local previsto como novo terminal for ponto de seção de linha originária;

II - o terminal original não ficar privado de atendimento;

III - não existir outra linha regular efetuando a mesma ligação resultante, pelo mesmo itinerário.

Art. 27 - A alteração do itinerário decorrente da entrega ao tráfego de nova estrada, trecho melhorado, ou itinerário que possibilite atendimento mais confortável ou econômico ao usuário, possibilitará à transportadora que explorar os mercados dos terminais, e mantidos os terminais anteriores, a critério do concedente e atendido Plano de Transporte, a exploração de linha pelo novo itinerário, desde que:

I - obrigue-se a assegurar o atendimento às localidades intermediárias, por adaptação de linhas ou serviços existentes, ou até a implantação de novas linhas

ou serviços;

II - desista expressamente, quando se tratar de linha sem seccionamento, do itinerário anterior;

III - não se estabeleça, com alteração do itinerário, a exploração de mercados já servidos diretamente por outra transportadora.

Parágrafo Único - Não se dará mudança de itinerário da linha cujo objetivo seja servir mercado intermediário, quando os terminais já se encontrarem atendidos por itinerários que possibilitem serviços mais confortáveis ou econômicos aos usuários.

Art. 28 - Poderão ser incluídos pontos de seção em linha existente, desde que a demanda o justifique e as seções pretendidas não estejam situadas em trecho sob restrição contratual.

Parágrafo Único - Poderá ser cancelado ponto de seção quando inexistir demanda ou ela vier a ser atendida por outra linha ou serviço.

Art. 29 - Independem de licitação:

I - os serviços complementares vinculados às concessões, até que se revelem como mercado autônomo;

II - as autorizações, na forma do art. 14;

III - as regularizações de linhas que, por força de desmembramento do município, se transformem em intermunicipais;

IV - as transformações de linhas ou serviços rodoviários em linhas ou serviços metropolitanos;

V - os serviços de turismo e fretamento eventual ou contínuo.

CAPÍTULO V

DO REGISTRO DAS TRANSPORTADORAS

Art. 30 - A transportadora que executar os serviços será obrigatoriamente registrada junto à concedente.

Parágrafo Único - Será fornecido à transportadora certificado contendo seu número de registro, o qual constará da parte externa dos veículos, em locais, cores e características determinadas pelo concedente.

Art. 31 - O requerimento de registro deverá estar acompanhado de:

I - instrumento constitutivo da empresa, arquivado em Junta Comercial, do qual conste como um dos fins sociais a exploração de serviços de transporte coletivo de passageiros;

II - comprovação de capital registrado de valor mínimo correspondente ao de dois (02) veículos-tipo adotados na composição tarifária vigente;

III - comprovação de integralização mínima de 50% (cinquenta por cento) do capital registrado;

IV - documento de identidade e prova

de regularidade quanto a legislação eleitoral e militar dos titulares, diretores ou sócios-gerentes, conforme o caso;

V - declaração dos titulares, diretores ou sócios-gerentes, sob as penas da lei, de não terem sido definitivamente condenados à pena que vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos;

VI - prova de propriedade de, no mínimo, 2 (dois) veículos-tipo, exceto no caso de transportadoras de fretamento, a critério do concedente;

VII - prova de regularidade com as exigências da legislação fiscal, trabalhista e previdenciária;

VIII - outras provas exigidas por lei ou pelo concedente.

§ 1º - Qualquer alteração que modifique o conteúdo do documento referido neste artigo deverá ser comunicada ao concedente, em dez (10) dias.

§ 2º - Deverão ser renovados, anualmente, os documentos referidos nos incisos IV, V, VI e VII.

CAPÍTULO VI

DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 32 - Pela prestação do serviço, a transportadora receberá do usuário o preço individual de passagem, de acordo com a tarifa aprovada pelo concedente.

Art. 33 - Na composição do preço da passagem serão considerados os custos de operação, de manutenção, de administração, de vendas de passagens, os decorrentes da legislação tributária, a justa remuneração do investimento, a depreciação do imobilizado, inclusive o equipamento de reserva exigido pelo concedente, o valor correspondente ao seguro de acidentes pessoais e a aplicação do coeficiente de utilização.

Art. 34. O concedente poderá estabelecer plano-padrão de contabilidade para escrituração das transportadoras e modelos de impressos para registro.

§ 1º - A transportadora fornecerá ao concedente:

I - até 31 de julho de cada ano, o balanço e a conta de lucros e perdas do exercício anterior, na forma da lei;

II - os dados estatísticos e outros documentos solicitados pelo concedente;

III - os elementos contábeis indispensáveis ao cálculo tarifário.

§ 2º - Sempre que necessário, poderá o concedente efetuar o exame da escrituração da transportadora.

Art. 35. A contraprestação prevista no art. 32 será feita mediante aquisição do bilhete de passagem, emitido em pelo menos duas vias, uma das quais pertencerá ao passageiro, contendo os dados da legisla-

ção do ICMS e os exigidos pelo concedente.

Parágrafo Único - Ouvida a Secretaria da Fazenda, poderá o concedente autorizar a emissão de passagens por processo eletrônico ou similar.

Art. 36. É vedada a concessão de passagens de cortesia e o transporte de passageiros sem bilhete de passagem, exceto crianças até 6 (seis) anos de idade, que não ocupem assento.

Parágrafo Único - Para o pessoal da transportadora sem função a bordo, a passagem poderá ser substituída por um documento de uso interno.

Art. 37. A passagem emitida com data e hora marcadas perderá sua validade caso não tenha sido utilizada para a viagem prevista; no caso de passagem sem data certa, será garantido o seu preço desde que utilizada em trinta dias da emissão.

Art. 38. Antes do horário de partida a transportadora aceitará transferências ou desistência de viagens, observados os seguintes prazos:

I - 3 (três) horas, nas linhas com percurso inferior a 100 (cem) quilômetros;

II - 6 (seis) horas, nas linhas com percurso entre 100 (cem) e 500 (quinhentos) quilômetros;

III - 12 (doze) horas, nas linhas com percurso superior a 500 (quinhentos) quilômetros.

Parágrafo Único - No caso de desistência, o passageiro será reembolsado em 90% do preço da passagem.

Art. 39. A venda de passagem será efetivada pela transportadora:

I - em suas próprias agências;

II - por intermédio de agência nos terminais;

III - por intermédio de agências de viagem cadastradas pelo concedente;

IV - no próprio veículo;

V - em locais autorizados pelo concedente.

Parágrafo Único - Nos casos previstos nos incisos II, III e IV, a transportadora poderá pagar comissão até o máximo de 10% (dez por cento) do valor da passagem.

Art. 40 - A passagem será vendida pelo preço exato determinado pelo concedente, acrescido apenas das taxas cuja cobrança este autorizar.

Parágrafo Único - As taxas de embarque e de utilização de terminais, de uso de balsas ou "ferry-boats" e de pedágio deverão ser identificadas nas tabelas de preços e nos bilhetes de passagem.

Art. 41 - À transportadora é facultado cobrar até 10% (dez por cento) do valor da passagem pelo excesso ao estabelecido no inciso VII do art. 60.

CAPÍTULO VII DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

SEÇÃO I DO REGIME

Art. 42 - Os horários e as frequências de viagens ordinárias poderão ser alterados pelo concedente para atender as condições estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Quando a mesma ligação for explorada por mais de uma transportadora, serão estabelecidos intervalos para evitar a sobreposição de horários.

§ 2º - Para atender a oscilação da demanda, e mediante comunicação ao concedente, a transportadora poderá executar viagens múltiplas nos horários das viagens ordinárias.

§ 3º - A transportadora poderá executar viagem de reforço parcial ou total, para atender a oscilação da demanda, desde que não exista outra empresa executando a mesma ligação.

Art. 43 - O concedente fixará o tempo de duração da viagem, de suas etapas e da duração das paradas.

Parágrafo Único - Salvo nas seções autorizadas, é proibida a parada para embarque e desembarque de passageiros ao longo do itinerário.

Art. 44 - O retardamento ou a interrupção da viagem, decorrentes de falha operacional, acidente do veículo ou outro motivo, ainda que de força maior, obrigará a transportadora a diligenciar meios para a efetivação da viagem, no prazo máximo de 2 (duas) horas, e a comunicar o fato ao concedente em 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º - A transportadora fica obrigada ao procedimento previsto neste artigo nos casos de venda de mais de um bilhete de passagem para a mesma poltrona ou quando ocorrer retenção ou apreensão do veículo na forma desta lei.

§ 2º - Enquanto perdurar a interrupção ou retardamento da viagem por culpa da transportadora, esta deverá proporcionar, às suas expensas, alimentação e pousada aos passageiros.

§ 3º - Ocorrendo interrupção da viagem, para sua continuidade a transportadora deverá utilizar o mesmo veículo, ou outro de característica idêntica ou superior.

§ 4º - Na impossibilidade de atender o disposto no parágrafo anterior, a transportadora deverá ressarcir o passageiro, ao término da viagem, da diferença do preço da passagem, qualquer que tenha sido o percurso desenvolvido anteriormente à interrupção.

Art. 45 - Na execução dos serviços não será admitido excesso de lotação, considerando-se lotado o veículo quando o número de passageiros for igual à capacidade prevista no certificado de inspeção.

§ 1º - Serão admitidos passageiros em pé, até o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade do veículo, em linhas e serviços rodoviários de percurso inferior a 150 (cento e cinquenta quilômetros) cuja finalidade primeira seja atender o mercado intermediário.

§ 2º - A critério do concedente, o limite de lotação poderá ser temporariamente alterado considerando-se as peculiaridades do serviço, os períodos de excesso de demanda, ou em casos de prestação de socorro.

Art. 46 - Sem que impliquem reconhecimento de nova concessão, serão admitidos os seguintes serviços complementares:

I - ramal, em período e horário determinados, para atender núcleo fora do itinerário normal, a critério do concedente, desde que não haja outra oferta de transporte coletivo pelo mesmo itinerário;

II - viagem direta em linha regular, sem prejuízo da viagem ordinária;

III - viagem semi-direta em linha regular, sem prejuízo da viagem ordinária;

IV - serviços especiais, com utilização de veículos tipo ônibus executivo, ônibus leito e supletivo;

V - viagem parcial, cobrindo parte do seccionamento para os casos de maior demanda, desde que não exista linha regular executando a ligação resultante;

VI - conexão de linhas, serviços e horários da mesma transportadora, não havendo linha servindo a ligação resultante, pelo mesmo itinerário;

VII - de categoria superior, sem prejuízo da viagem regular.

§ 1º - Definido o aproveitamento médio tarifário, os serviços de mercado autônomo serão objeto de licitação.

§ 2º - No serviço em ramal, poderá ser autorizada a operação de ponto de secção.

SEÇÃO II

DAS LINHAS METROPOLITANAS

Art. 47 - As linhas e serviços com característica metropolitana poderão ser prolongadas nas seguintes condições:

I - não haja linha metropolitana de outra transportadora ligando os terminais pretendidos, pelo mesmo itinerário;

II - seja mantido o atendimento original da linha.

Art. 48 - Nas linhas e serviços metropolitanos será gratuito o transporte dos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos.

SEÇÃO III

DOS TERMINAIS, PONTOS DE PARADA E DE APOIO RODOVIÁRIO

Art. 49 - Os pontos terminais e de parada somente serão utilizados pelas

transportadoras após devidamente homologados pelo concedente.

Art. 50 - Para segurança e normalidade das viagens, a transportadora disporá de serviços de manutenção e socorro, próprios ou contratados.

Art. 51 - A execução de serviços autônomos de apoio rodoviário dependerá de aprovação prévia do concedente.

Art. 52 - A aprovação de empresa de apoio rodoviário dar-se-á para registro e fiscalização de suas atividades, e não estabelecerá relação contratual com o concedente, que poderá revogá-la a qualquer tempo.

Art. 53 - A exploração de propaganda nos veículos e nos pontos terminais de parada ou da secção, ressalvadas as informações sobre serviços autorizados e outros de interesse público, dependerá de autorização do concedente.

SEÇÃO IV

DO PESSOAL DAS TRANSPORTADORAS

Art. 54 - No atendimento ao público, o pessoal da transportadora deverá:

I - conduzir-se com atenção, urbanidade e postura;

II - apresentar-se corretamente uniformizado e identificado;

III - estar qualificado para prestar informações sobre as rodovias percorridas e os serviços prestados.

Art. 55 - O concedente poderá exigir o afastamento de preposto ou empregado da transportadora que, em procedimento administrativo, seja responsabilizado por violação do dever previsto nesta lei, ou que tenha sofrido condenação criminal.

Parágrafo Único - A transportadora, em caráter preventivo, afastará das funções o preposto ou empregado enquanto tramitar o procedimento administrativo.

SEÇÃO V

DOS VEÍCULOS

Art. 56 - Serão utilizados no serviço veículos tipo-ônibus, com características e especificações técnicas fixadas pelo concedente, dentre as quais as seguintes:

a) - não serão admitidos veículos com mais de 15 (quinze) anos de fabricação;

b) - o número de veículos com mais de 10 (dez) anos de fabricação não poderá exceder de 20% (vinte por cento) da frota operante da transportadora no sistema estadual;

c) - a idade média da frota utilizada pela transportadora em execução de contratos no sistema estadual não poderá ser superior a 7 (sete) anos;

d) - não será autorizada a utilização do veículo com poltronas fixas nos percur-

sos superiores a 150 (cento e cinquenta) quilômetros.

Art. 57 - A cada doze meses, contados da data de realização do registro e vistoria previstos no § 1º do art. 18, a transportadora deverá exibir ao concedente laudo de vistoria, firmado por responsável técnico, quanto às condições de segurança e conforto de seus veículos, face às exigências legais e regulamentares.

Parágrafo Único - Ressalva-se ao concedente, a seu critério e a qualquer tempo, vistoriar os veículos.

Art. 58 - A fiscalização do concedente determinará, nos terminais, pontos de apoio e pontos de parada, a limpeza, o reparo ou substituição do veículo que não apresente condições de higiene, de funcionamento, de segurança ou que esteja em desacordo com a Norma de Carrocerias.

Art. 59 - A transportadora deverá manter uma frota reserva correspondente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) da frota operante no sistema estadual.

SEÇÃO VI

DOS DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO

Art. 60 - São direitos do usuário do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros:

I - ser transportado em condições de segurança, higiene e conforto durante toda a viagem;

II - ter garantido seu lugar no ônibus, nas condições constantes do bilhete de passagem;

III - ser atendido com urbanidade pelos prepostos ou empregados da transportadora e pelos agentes e servidores do concedente;

IV - ser auxiliado no embarque e desembarque pelos propostos ou empregados da transportadora, quando se tratar de pessoa idosa, enferma, com dificuldade de locomoção, inválido ou criança;

V - ter informações sobre as características do serviço, como tempo da viagem, localidades atendidas e outras pertinentes ao serviço e ao transporte;

VI - dirigir-se aos agentes ou servidores do concedente para obter informações, apresentar sugestões e reclamações quanto ao serviço;

VII - transporte gratuito de volumes no bagageiro, desde que não excedam 30 (trinta) quilogramas observado o disposto no art. 41;

VIII - transporte gratuito de um volume que se adapte ao porta-embrulhos interno;

IX - receber o comprovante dos volumes transportados no bagageiro;

X - seguro para cobertura de danos pessoais decorrentes de acidente;

XI - ser indenizado pelo extravio ou danificação de volumes transportados; no bagageiro, até o limite de 50 (cinquenta) UPFPR, dentro de 48 (quarenta e oito) horas;

XII - ter à sua disposição, no início da viagem, seguro facultativo que cubra, mediante o pagamento do respectivo prêmio, o valor excedente ao estabelecido no inciso anterior;

XIII - receber, por conta da transportadora e enquanto perdurar a situação, alimentação e pousada, em caso de interrupção ou retardamento por culpa da transportadora;

XIV - prosseguir viagem, no caso de interrupção ou retardamento, no mesmo veículo ou em outro de característica igual ou superior ao daquele inicialmente utilizado;

XV - receber, ao término da viagem, a diferença do preço da passagem quando não atendido o inciso anterior;

XVI - receber, em caso de acidente, imediata e adequada assistência da transportadora;

XVII - transportar, sem pagamento de passagem, crianças até 6 (seis) anos de idade, desde que não ocupem assentos;

XVIII - transferir a passagem ou receber a importância paga no caso de desistência da viagem, na forma desta lei.

Art. 61. Ao usuário será recusado embarque ou determinado o desembarque quando:

I - não se identificar, quando necessário;

II - em estado de embriaguez;

III - portador de moléstia contagiosa;

IV - portar arma de fogo, sem a devida autorização legal;

V - trazer consigo produtos ou substâncias que representem perigo;

VI - pretender embarcar com animais não devidamente acondicionados ou em desacordo com legislação pertinente;

VII - pretender embarcar com objetos de dimensões e acondicionamento incompatíveis;

VIII - comprometer a segurança, o conforto e a tranquilidade dos demais passageiros, ou atentar contra a moralidade pública;

IX - desrespeitar proibição de fumar.

CAPÍTULO VIII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 62. As infrações aos preceitos desta lei sujeitarão o infrator às seguintes penalidades:

I - multa;

II - retenção de veículo;

III - apreensão de veículo;

IV - cassação da concessão.

Art. 63. Quando de um mesmo fato resultarem duas ou mais infrações, as penalidades correspondentes serão aplicadas cumulativamente.

Parágrafo Único - A aplicação de qualquer dessas penalidades não exclui o infrator do dever de corrigir a falta que deu origem à punição.

SEÇÃO II DA MULTA

Art. 64. As multas serão aplicadas com a seguinte gradação:

I - 2 (duas) vezes a UPFPR, nos casos de:

- a) utilizar terminal rodoviário e pontos de parada sem homologação do concedente;
- b) utilizar apoio rodoviário autônomo sem anuência do concedente;
- c) prestar apoio rodoviário autônomo sem registro no concedente;
- d) não cumprir as determinações previstas nos artigos 54 e 55;
- e) recusar ao usuário a prestação de informações sobre a execução dos serviços;
- f) não cumprir os horários determinados pelo concedente para pontos de passagem e para chegada da viagem.

II - 5 (cinco) vezes a UPFPR, nos casos de:

- a) não cumprir o horário determinado pelo concedente para o início da viagem;
- b) não observar tempo de duração da viagem e de suas etapas, bem como da duração das paradas;
- c) não observar qualquer dos prazos estipulados no art. 44;
- d) transportar passageiros em número superior à lotação autorizada;
- e) transportar passageiros com infração do art. 61;
- f) utilizar veículo sem inspeção periódica;
- g) utilizar veículo com defeito ou com falta de equipamento obrigatório;
- h) não cumprir o estipulado no art. 57;
- i) não cumprir as disposições da Norma de Carrocerias;
- j) utilizar veículo de outra empresa, sem autorização do concedente, salvo em caso de força maior;
- k) utilizar veículo que não apresente condições de higiene, de funcionamento ou de segurança;
- l) não cumprir o disposto no artigo 59;
- m) não cumprir o disposto no art. 34,

§ 1º, no prazo fixado por esta lei ou pelo concedente, conforme o caso;

n) impossibilitar ou dificultar a utilização do livro de reclamações ou sugestões;

o) transportar bagagem ou encomendas em lugar impróprio ou em condições inadequadas;

p) transportar animais, plantas, aves ou produtos que comprometam a segurança ou o conforto dos passageiros;

q) utilizar, em publicidade, artifícios que induzam o público em erro sobre as verdadeiras características do serviço;

r) deixar de afixar o certificado de concessão, a tabela de horários e a tabela de preços nos veículos, nas agências, nos pontos de parada e nos terminais rodoviários;

s) recusar embarque ou desembarque de passageiros, nos pontos estabelecidos, sem motivo justificado;

t) pagar comissão por venda de passagem acima do estabelecido nesta lei.

III - 7 (sete) vezes a UPFPR, nos casos de:

- a) deixar de proceder ao registro no concedente;
- b) deixar de cumprir, sem motivo justificado, o prazo para o pagamento de indenização por extravio ou danificação de bagagem, renovando-se a cominação a cada 48 (quarenta e oito) horas;
- c) recusar a revalidação de passagem ou a desistência da viagem, quando obedecidos os prazos do art. 38;
- d) deixar de prestar, injustificadamente, assistência aos passageiros no caso de acidente ou avaria do veículo;
- e) transportar passageiro sem emissão do respectivo bilhete de passagem;
- f) recusar ou dificultar o transporte de fiscais do concedente, quando em serviço;
- g) desobedecer, resistir ou opor-se à ação fiscalizadora do concedente;
- h) deixar de executar viagem constante da tabela de horários;
- i) executar viagem não constante da tabela de horários;
- j) executar viagem múltipla ou de reforço em desacordo com esta lei e com as normas regulamentares do concedente.

IV - 10 (dez) vezes a UPFPR, nos casos de:

- a) executar linha, explorar seção ou operar serviço em desacordo com a delegação ou autorização do concedente;
- b) executar fusão, prolongamento, encurtamento ou alteração de itinerário, sem autorização do concedente;
- c) cobrar dos passageiros importância diversa da estabelecida pelo concedente;

d) vender mais de uma passagem para a mesma poltrona na mesma viagem;

e) manter em serviço veículo cuja retirada de tráfego tenha sido determinada pelo concedente;

f) usar documentos oficiais adulterados;

g) paralisar, parcial ou totalmente, os serviços, sem anuência do concedente, sem prejuízo do disposto no artigo 67, I;

h) não cumprir o compromisso previsto no inciso IV do artigo 18;

i) explorar publicidade nos veículos, nos pontos terminais; nas agências e nos pontos de parada, em desacordo com esta lei;

j) recusar venda de passagem, sem motivo justificado;

k) violar os lacres de catracas;

l) transportar encomendas em detrimento do transporte de bagagens dos passageiros.

§ 1º. As multas serão aplicadas em dobro quando, período de 12 (doze) meses, se houver reincidência na infração do disposto na mesma alínea dos incisos I a IV, na execução da mesma linha ou serviço complementar.

§ 2º. Em caso de multi-reincidência, o valor da multa será progressivamente duplicado.

SEÇÃO III

DA RETENÇÃO DE VEÍCULO

Art. 65. A penalidade de retenção do veículo será aplicada cumulativamente à pena de multa se da infração resultar ameaça à segurança dos usuários, e quando constatado o seguinte:

I - ausência ou adulteração do documento de vistoria do veículo;

II - falta de condições de limpeza e conforto;

III - transporte de encomendas no espaço reservado aos passageiros;

IV - inobservância do regime de trabalho e descanso do motorista;

V - estar o motorista em estado de embriaguez pelo álcool ou substância análoga;

VI - inexistência de tacógrafo, quando exigido, ou estiver este adulterado ou desprovido do disco-diagrama;

VII - veículo não correspondente à tarifa cobrada;

VIII - viagem de fretamento ou turismo sem autorização do concedente.

SEÇÃO IV

DA APREENSÃO DO VEÍCULO

Art. 66. Cumulativamente à de multa, será aplicada a pena de apreensão de veículo quando o servidor for executado em

desacordo com o contrato de concessão, ou com a autorização de fretamento.

Parágrafo Único - A apreensão do veículo não poderá perdurar por mais de 48 (quarenta e oito) horas.

SEÇÃO V

DA CASSAÇÃO DA CONCESSÃO

Art. 67. A penalidade de cassação da concessão será aplicada nos casos de:

I - paralisação total da linha durante 5 (cinco) dias seguidos, ou não execução da metade do número dos horários ordinários durante 30 (trinta) dias consecutivos, salvo motivo de força maior;

II - ser constatada, dentro do ano civil, na linha ou nos serviços complementares:

a) a aplicação de 4 (quatro) multas pela infração do disposto na mesma alínea dentre as previstas nos incisos III e IV do art. 64, e na execução da mesma linha ou serviço complementar;

b) a aplicação de 12 (doze) multas pela infração dos incisos III ou IV do art. 64, na execução da mesma linha ou serviço complementar, quando não incidente a alínea anterior;

c) a aplicação de 24 (vinte e quatro) multas pela infração dos incisos I ou II do art. 64, na execução da mesma linha ou serviço complementar.

III - superveniência de incapacidade técnico-operacional ou econômico-financeira da transportadora;

IV - falência da transportadora;

V - alteração na estrutura jurídica da concessionária sem anuência do concedente;

VI - infração do artigo 10 e parágrafos;

VII - permanência no cargo, de diretor ou sócio-gerente da transportadora depois de condenado pela prática de crimes contra a administração pública, a economia popular ou a fé pública;

VIII - condenação do titular de empresa individual nas hipóteses previstas no inciso anterior;

Parágrafo Único. A aplicação da pena de cassação de concessão inabilita a transportadora de participar de licitações junto ao concedente por um período de 36 (trinta e seis) meses.

SEÇÃO VI

DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Art. 68 - A aplicação de multa terá início com lavratura de auto de infração, que conterá:

I - nome e número da transportadora;

II - identificação da linha, número de registro e placa do veículo;

III - local, data e hora da infração;
 IV - identificação do infrator;
 V - infração cometida e dispositivo legal violado;

VI - assinatura do autuante e seu enquadramento funcional junto ao concedente.

§ 1º - O auto de infração será extraído em três (3) vias, com entrega de cópia ao infrator no ato da lavratura e intimação pelo Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Após lavrado, o auto de infração não poderá ser inutilizado nem ter sustada a tramitação, devendo ser encaminhado ao órgão competente para a imposição da penalidade, ainda que constatados erros na qualificação do fato ou no preenchimento, hipóteses em que o agente da fiscalização deverá acrescentar as informações necessárias à correção ou anulação.

Art. 69 - O auto de infração será registrado pelo concedente, assegurando-se direito de defesa, que poderá ser exercido em 15 (quinze) dias contados da intimação nos termos do § 1º, parte final, do artigo anterior.

Art. 70 - A multa deverá ser recolhida ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER em 30 (trinta) dias, contados:

I - da notificação para pagamento, quando não interposto recurso;

II - da notificação ou da decisão que rejeitou recurso interposto.

Art. 71 - A retenção de veículo obedecerá às prescrições desta lei e será aplicada pelos agentes da fiscalização do concedente, assegurando-se a continuidade da viagem, desde que o infrator sane a irregularidade ou substitua o veículo.

Art. 72 - A pena de cassação de concessão será aplicada pelo concedente, assegurada à transportadora ampla defesa em procedimento administrativo em que será observado o seguinte:

I - o concedente constituirá comissão processante composta por três servidores do Departamento de Estradas de Rodagem, sendo dois engenheiros e um advogado, sob a presidência do último, com atribuições para amplamente apurar os fatos;

II - a comissão notificará a transportadora para em 30 (trinta) dias para apresentar defesa e indicar as provas que pretende produzir;

III - ultimada a instrução, a comissão deverá elaborar relatório conclusivo, indicando as medidas ou penalidades eventualmente cabíveis e remeterá os autos ao concedente para decisão.

SEÇÃO VII DOS RECURSOS

Art. 73 - Das decisões do concedente que impuserem as penalidades previstas nesta lei cabe recurso ao Secretário de

Estado dos Transportes.

Art. 74 - O recurso será interposto no prazo de 15 (quinze) dias da data de ciência ou intimação da decisão, e com seu julgamento, que deverá ocorrer em 30 (trinta) dias, considerando-se esgotada a via administrativa.

CAPÍTULO IX DA FISCALIZAÇÃO

Art. 75 - A fiscalização dos serviços será exercida pelo concedente, através de servidores ou através de credenciados.

Parágrafo Único - O transporte do agente da fiscalização será gratuito.

Art. 76 - Em suas agências e pontos terminais, a transportadora manterá livro próprio, rubricado pela fiscalização, à disposição dos usuários para reclamações ou sugestões.

CAPÍTULO X DOS SERVIÇOS DE FRETAMENTO OU TURISMO

Art. 77 - Entende-se por serviço de fretamento ou turismo aquele que se destinar ao transporte de pessoas, sem cobrança individual de passagem e sem caráter de linha regular.

Art. 78 - Para a execução dos serviços de fretamento ou turismo, a transportadora deverá adequar-se às exigências desta lei, no que couber e a critério do concedente.

Art. 79 - Na execução dos serviços de fretamento ou turismo não poderá ser cobrado preço inferior ao correspondente à somatória dos preços individuais de passagens do serviço de transporte coletivo cobrados para igual percurso, dos quais, a critério do concedente, serão abatidos os componentes tarifários que não incidirem no fretamento.

Art. 80 - O concedente autorizará a execução do serviço de fretamento ou turismo quando exibido o contrato de prestação desse serviço e atendidas as exigências legais, e desde que dela não resulte concorrência à linha ou serviços regulares.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 81 - O concedente poderá requisitar bens e serviços de transportadoras, que serão indenizadas na forma estipulada para a remuneração dos serviços de que trata esta lei.

Art. 82 - Na publicidade das transportadoras é vedado o uso de artifícios que induzam o público em erro quanto às reais características do serviço.

Art. 83 - As concessões, em execução, cujos prazos estiverem vencidos na data da

publicação desta lei, serão licitadas em 90 (noventa) dias, improrrogáveis.

Parágrafo Único - No mesmo prazo de 90 (noventa) dias serão licitadas as concessões vincendas às quais, pela iminência da expiração do prazo, não se possa aplicar a norma do art. 12, § 1º.

Art. 84 - Quando solicitado, o concedente prestará assistência técnica aos municípios para racionalização do transporte coletivo no âmbito local, eliminação de conflitos entre linhas estaduais e municipais, e construção de terminais rodoviários.

Art. 85 - No prazo de 30 (trinta) dias, o Poder Executivo baixará decreto regulamentando esta lei, e no mesmo prazo definirá o Plano de Transportes.

Art. 86 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

Ofício:

Sob o n° 150/89, do Sr. Carlos Maria Goana Velazco, Cônsul Geral do Paraguai, encaminhando cópia da Ata da II Reunião Extraordinária do Grupo Consular Paraguai - Brasil, celebrado na cidade de Assunção, nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 1989. Os temas abordados são de vigência atual, dadas as conotações políticas interessadas que a imprensa outorga a si mesma. - Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2738

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 348/89, referente ao concurso público de provas e títulos, para preenchimento de vagas do Quadro Próprio do Pessoal do Magistério.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2737

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 205/89, de autoria do Deputado David Cheriegate, que retifica a Lei n° 9007 (altera divisas do Município de Ibema).

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, que o Projeto de Lei n° 351/89 seja apreciado por esta Casa em regime de urgência, considerando-se que, da sua apreciação, ainda nesta legislatura, depende a aplicação dos recursos previstos no orçamento e na Constituição Estadual para aplicação em Ciência e Tecnologia.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei n° 351/89 visou normatizar a aplicação de recursos para Ciência e Tecnologia no Estado do Paraná, previsto no art. 205 da Constituição, prevenindo o equilíbrio entre as representações dos diversos segmentos envolvidos, e a ordenação através do CONCITEC.

REQUERIMENTO N° 2796

Senhor Presidente.

REQUEIRO, ouvida a Casa, a retirada do Projeto n° 345/89, por 3 (três) sessões, até que sejam fornecidas informações sobre o mesmo.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 363/89, que autoriza o Poder Executivo a firmar escritura pública de revogação amigável da doação do imóvel "Caieira", sito em Guaratuba.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2776

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 100 do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Preferência de Votação aos Projetos de Lei n°s 317 a 320/89, e para o Projeto de Resolução n° 67/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO N° 2778

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia e Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 192/89, (Mensagem n° 59/89), que altera dispositivo da Lei n° 5944, de 21.05.69 (Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado).

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia pelo prazo de 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei n° 247/89, que institui gratificação de verba de representação aos funcionários ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 2781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Cel. MANOEL DIAS PAREDES, ocorrido no dia 03 de dezembro próximo passado, nesta Capital.

Ex-vereador e ex-Comandante da Polícia Militar do Paraná, por onde passou deixou amigos, face o alto grau de justiça e honestidade com que sempre norteou sua vida.

Membro de tradicional família paranaense, seu desaparecimento vem consternar não só seus familiares, mas também seu vasto círculo de amizades onde deixa uma lacuna difícil de ser preenchida.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2795

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos desta data do Poder Legislativo, VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo passamento do Coronel MANOEL CURSINO DIAS PAREDES.

O coronel reformado da PM, Manoel Cursino Dias Paredes, membro de tradicional família que ajudou a construir a história da Corporação, faleceu ao início da manhã de ontem, em Curitiba. O oficial, que tinha 72 anos de idade, sofreu derrame cerebral. Ele estava internado no Hospital Santa Cruz, sendo que seu sepultamento foi realizado na tarde do mesmo dia, com grande acompanhamento e honras militares, no Cemitério da Água Verde, após velamento do corpo na Capela da Polícia Militar.

Manoel Dias Paredes deixa viúva D. Eloína Paredes e dois filhos, ambos oficiais do Corpo de Bombeiros. Corporação

Curitiba, segunda, em 04.12.89

que ele próprio foi comandante durante alguns anos. Paredes exerceu importantes postos na carreira da PM até deixar a ativa. Chegou a ser, também, diretor do Presídio Provisório de Curitiba, no Ahú, vereador por Curitiba e grão-mestre da maçonaria no Paraná.

A história da Polícia Militar do Paraná confunde-se com a própria história da família de Manoel Cursino Dias Paredes.

Seu avô foi um dos fundadores da organização policial. Seu pai, Augusto Dias Paredes, teve sete filhos, sendo que todos seguiram a carreira militar e alcançaram a maior patente, a de Coronel, numa situação completamente inusitada. Os filhos de Manoel, a exemplo de vários descendentes de seus seis irmãos, igualmente escolheram a carreira militar.

Através deste VOTO o Poder Legislativo quer associar-se às manifestações de pesar pela perda, não apenas pelo que representou Manoel Dias Paredes como integrante de um organismo de segurança e seu relacionamento com superiores e subordinados mas, principalmente pela presença carismática e respeitosa que atraiu tantos amigos e admiradores.

Receba a família enlutada, ao descansar do Patriarca, os sinceros votos de pesar desta Casa e a partilha dos sentimentos de dor e saudades pelo desaparecimento de tão querida figura.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2730

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Sr. José Eduardo de Andrade Vieira, Presidente do Banco Bamerindus, pela escolha como "O homem de Vendas de 1989", pela Associação dos Dirigentes de vendas e Marketing do Brasil.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

A escolha feita pela ADVB, que pela primeira vez concede o prêmio a um empresário do setor financeiro, demonstra o êxito no desempenho do Sr. José Eduardo de Andrade Vieira na liderança do Banco Bamerindus, fato este que nos leva a pleitear o reconhecimento por parte desta Casa.

REQUERIMENTO N° 2731

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, voto de congratulações à Companhia de Processamentos de Dados do Paraná, pela

comemoração de seus 25 anos.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

A marca alcançada pela Companhia de Processamento de Dados do Paraná, pioneira em seu gênero, demonstra o êxito e a importância de suas atividades em nosso Estado, fato este que nos leva a pleitear este reconhecimento por parte desta Casa.

REQUERIMENTO N° 2732

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Sistema Sul de Comunicação pela inauguração da TV Independência Guarapuava, Canal 2, filiada à Rede Manchete.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

A marca alcançada demonstra o êxito do SSC na ampliação de suas atividades, e a sua importância no setor de comunicações em nosso Estado, fato este que nos leva a pleitear o reconhecimento por parte desta Casa.

REQUERIMENTO N° 2736

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pelo transcurso do 34° aniversário da emancipação política do Município de Terra Rica. Que deste requerimento seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Vereadores e ao Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Desmembrado de Paranavaí, o Município de Terra Rica, foi criado pela lei n° 253 e instalado em 04 de dezembro de 1955, completando nesta data 34 anos de existência.

Com uma população de aproximadamente 18.000 habitantes e tendo na agropecuária sua principal atividade econômica, é hoje, o Município de Terra Rica, um exemplo de pujança do Noroeste Paranaense. Razão pela qual propomos que a Assembléia Legislativa do Paraná, preste justa homenagem aos dirigentes e a população Terra-riquense na data de sua emancipação política.

REQUERIMENTO N° 2739

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado à Empresa de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, pela passagem de seu 26° aniversário, ocorrido no dia 27 de no-

vembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Empresa de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR - é uma das maiores no gênero no País. Falar de sua trajetória torna-se indispensável, pois é, reconhecidamente, um modelo de organização que orgulha a todos nós, paranaenses.

E é pela passagem dos seus 26 anos de progresso na era tecnológica que, na pessoa do seu ilustre Diretor-Presidente, Doutor Fernando Xavier Ferreira, que saudamos toda diretoria, funcionários e tantos quanto colaboram com a TELEPAR, augurando os votos de constante progresso na esfera da comunicação em prol da população do Paraná e do Brasil.

REQUERIMENTO N° 2740

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consagração em Ata de um voto de congratulações ao Banco do Estado do Paraná S/A, pela passagem de seu 61° ano de fundação.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

É o BANESTADO, incontestavelmente, uma das maiores instituições financeiras do Brasil. Atualmente, é o segundo banco Comercial Estadual do País.

Fundado em 28 de novembro de 1928, teve como seu fundador e primeiro presidente o Doutor Affonso Alves de Camargo.

Ao longo desses 61 anos, a evolução foi espantosa pois hoje conta com o expressivo número de 345 agências espalhadas por todo o Paraná, além das instaladas em Brasília, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e outros Estados. No âmbito internacional, o BANESTADO conta com seis agências do Banco Del Paraná, no vizinho Paraguai e, ainda, uma em Nova Iorque e outra no Caribe.

Todas essas conquistas foram fruto de um trabalho que não pára por aí. Brevemente edificará no Centro Cívico um complexo de nove andares, em substituição à agência ali existente. E, ainda este ano, implantará um sistema de comunicação via satélite no conglomerado de Santa Cândida para uma completa assistência às demais agências, aos clientes e a todos que dele se utilizam, facilitando com isso um melhor entrosamento dentro da informática.

Por essas e muitas outras razões, nada mais justo que consignemos em Ata nos Anais desta Casa, um voto de congratulações à Diretoria, na pessoa do seu ilustre Presidente, Doutor Carlos Antonio de Almeida Ferreira, aos funcionários de todos

os escalões, enfim, a essa família chamada BANESTADO, na festiva semana dos seus 61 anos de existência, augurando perene prosperidade e contínuas realizações.

REQUERIMENTO N° 2749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pelo transcurso do 34° aniversário do Município de Califórnia, no dia 17.12.89.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

Mauro Pazini
Prefeito Municipal
Rua 17 de Dezembro, 149
86.820 - Califórnia - Pr

Maria de Fátima Ferreira Domingues
Pres. da Câmara Municipal
Av. Manoel Ribas, 70
86.820 - Califórnia - Pr
Sala das Sessões, em 04.12.89
(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela realização da 4.ª EXPOVALE - Exposição Agropecuária do Vale do Ivaí, ocorrida no período de 17 a 26 de novembro de 1989, no Município de Ivaiporã.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Sr. Antonio da Paz
Prefeito Municipal
Praça dos Três Poderes, S/N
86.870 - Ivaiporã - Pr

- Sr. Pedro Goedert
Vice Prefeito Municipal
Praça dos Três Poderes, S/N
86.870 - Ivaiporã - Pr

- Sr. José Narciso de Mello
Presidente da Câmara Municipal
Praça dos Três Poderes, S/N
86.870 - Ivaiporã - Pr

- Sr. João Maciel
Presidente da SORCEP
Av. Paraná, 16
86.870 - Ivaiporã - Pr

- Sr. Adalberto Morello
Coordenador da 4.ª Expovale
A/C COPIVA - Rua Sertanópolis, 920
86.870 - Ivaiporã - Pr

- Sr. Luiz Carlos Grossi

Coordenador Geral da 4.ª Expovale
Prefeitura Municipal
Praça dos Três Poderes S/N
86.870 - Ivaiporã - Pr
Sala das Sessões, em 04.12.89
(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2752

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela magna data de 26 de novembro, em que se comemora o Dia do Ministério Público.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Dr. Luiz Chemin Guimarães
Procurador Geral da Justiça
Palácio da Justiça - Centro Cívico -
Curitiba - Pr

- Dr. Edson Vidal
Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral da Justiça
Palácio da Justiça - Centro Cívico -
Curitiba - Pr

- Dra. Kretz Teixeira dos Santos
Promotora Pública da Comarca de Grandes Rios
Rua J.M. Noronha, S/N
86.845 - Grandes Rios - Pr

- Dr. Lourenço Antonio Rodrigues
Promotor Público da Comarca de Faxinal
Av. Brasil, 1080
86.840 - Faxinal - Pr

- Dr. Silvio Couto Neto
Promotor Público da Comarca de Cândido de Abreu
A/C Forum da Comarca de Cândido de Abreu

84.470 - Cândido de Abreu - Pr

- Dr. Edwy Vaz de Campos
Promotor Público da Comarca de Ivaiporã
Rua Rio Grande do Norte S/N
86.870 - Ivaiporã - Pr

- Dr. Edvaldo José de Lima
Promotor Público da Comarca de Ivaiporã

Rua Rio Grande do Norte S/N
86.870 - Ivaiporã - Pr

- Dra. Leidi Mara Wzorek
Promotora Pública da Comarca de Ivaiporã

Rua Rio Grande do Norte S/N
86.870 - Ivaiporã - Pr

- Dr. Ney Roberto Zanlorenzi
Promotor Público da Comarca de Jandaia do Sul

Rua P. de Caldas, 536

86.900 - Jandaia do Sul - Pr

Sala das Sessões, em 04.12.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2782

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no município de Piraquara.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias à viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Sr. Prefeito Municipal, Luiz Cassiano de C. Fernandes.

Devido ao déficit habitacional, verificado no município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos vereadores do município em questão.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2783

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no município de Colombo.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias à viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Sr. Prefeito Municipal, João Dal Prá.

Devido ao déficit habitacional, verificado no município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos vereadores do município em questão.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2784

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no município de Campo Largo.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias à viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Doutor Affonso Portugal Guimarães.

Devido ao déficit habitacional, verificado no município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos vereadores do município em questão.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2785

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Doutor Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no município de Almirante Tamandaré.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias à viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Sr. Prefeito Municipal, Roberto Luiz Perussi.

Devido ao déficit habitacional, verificado no município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a fa-

mílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos vereadores do município em questão.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2786

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no município de Rio Branco do Sul.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias à viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Sr. Prefeito Municipal, Miguel Abran Elias.

Devido ao déficit habitacional, verificado no município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos vereadores do município em questão.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2788

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Pedro Arthur Sampaio, DD. Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para Creche José do Patrocínio, localizada em Luiziana.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche José do Patrocínio, localizada em Luiziana, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, no atendimento de gestantes e recém-nascidos.

Entretanto, em função da defasagem orçamentária causada pelos elevados índices inflacionários em vigor, necessita de auxílio financeiro.

Curitiba, segunda, em 04.12.89

REQUERIMENTO N° 2789

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para Creche José do Patrocínio, localizada em Luiziana.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche José do Patrocínio, localizada em Luiziana, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, no atendimento de gestantes e recém-nascidos. Entretanto, em função da defasagem orçamentária causada pelos elevados índices inflacionários em vigor, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 2790

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Pedro Arthur Sampaio, DD. Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche Nossa Senhora Aparecida, localizada na Vila Urupês, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Nossa Senhora Aparecida, localizada na Vila Urupês, em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, no atendimento de gestantes e recém-nascidos. Entretanto, em função da defasagem orçamentária causada pelos elevados índices inflacionários em vigor, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 2791

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para Creche Nossa Senhora Aparecida, localizada na Vila Urupês, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Nossa Senhora Aparecida, localizada na Vila Urupês, em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, no atendimento de gestantes e recém-nascidos.

Entretanto, em função da defasagem orçamentária causada pelos elevados índices inflacionários em vigor, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 2748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente desta Casa ao Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcíno Tavares, solicitando a construção de um Hemocentro no município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ivaiporã se constitui no principal pólo de desenvolvimento do Vale do Ivaí. Pela sua localização e infra-estrutura, tem sido para este município que se dirigem muitas pessoas que buscam, nesta cidade, suprir suas necessidades, em especial no campo do atendimento médico ou da saúde como um todo.

Para fazer frente a tais necessidades, Ivaiporã se ressentia da falta de infra-estrutura capaz de dar suporte à área de saúde. A construção de um Hemocentro é necessidade prioritária e impostergável ao bom atendimento da população local e regional.

REQUERIMENTO N° 2800

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 05 de dezembro às 14:30 horas, para apreciar o Projeto de Lei n° 86/89, que objetiva alterar os dispositivos que especifica a Lei n° 8925/88, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 2797

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e parlamentares, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja destacada a sessão plenária do próximo dia 07.12.89, quinta-feira, às 14:30 horas, para realização do Ato Público, em favor da federalização do BRDE, ressaltando que neste mesmo dia e hora, os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estará ocorrendo o idêntico Ato Público, nos recintos de suas Assembléias Legislativas.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
ANTÔNIO COSTENARO NETO,
NELSON VASCONCELLOS,
NEREU CARLOS MASSIGNAN e
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

REQUERIMENTO N° 2799

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma das disposições regimentais, REQUEREM a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de complementar a CPI do SUDS, extinta por decurso de prazo, com a falta do depoimento do Sr. Secretário da Saúde e conclusões finais.

Requer-se que a composição seja a mesma da CPI extinta e que o prazo seja de 30 dias para realização e cumprimento de suas finalidades, em número de 9 (nove) membros.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(aa) IRONDI PUGLIESI, ACIR MEZZADRI,
JOSÉ FELINTO, GERNOTE KIRINUS,
PIRAJÁ FERREIRA, ARTAGÃO MATTOS LEAO,
LAURO LOBO ALCANTARA,
JOSÉ AFONSO JÚNIOR, DIRCEU MANFRINATO,
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR,
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, HOMERO OGUIDO,
SABINO CAMPOS, CÂNDIDO BASTOS,
BASÍLIO ZANUSSO, ORLANDO PESSUTI,
NEIVO VERALDIN, ANTÔNIO BÁRBARA e
VERA AGIBERT.

REQUERIMENTO N° 2774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitação de que seja implantada imediatamente operação tapa-buracos, no trecho compreendido entre Curitiba/Campo Largo, da Rodovia do Café, mesmo sabendo tratar-se de rodovia federal.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

No trecho citado a referida rodovia apresenta-se em deplorável estado de conservação, proporcionando aos milhares de usuários perigos constantes, que convertem-se no mínimo em demoras e prejuízos conseqüentes. Em grande número de casos ocorrem acidentes com prejuízos de elevada monta e com sacrifícios de vidas humanas.

REQUERIMENTO N° 2751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e de acordo com o art. 35 do Regimento Interno, seja a Assembléia Legislativa transformada

em Comissão Geral, para que, na sessão plenária do dia 04 de dezembro de 1989, possa ser apreciado o Projeto de Lei nº 283/89, que cria a Região Administrativa de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2763

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja a Assembleia Legislativa transformada em Comissão Geral, para apreciar o Projeto de Lei nº 210/89.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO Nº 2794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado votos de congratulações pela passagem do 28º aniversário de fundação do Município de Palotina.

Solicita que deste requerimento seja dada ciência ao Sr. Márcio José da Silva, MD. Prefeito Municipal e ao Sr. Sérgio Luiz Sevignani, MD. Presidente da Câmara Municipal de Palotina.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Contando hoje com uma população de aproximadamente 30.000 habitantes, o Município de Palotina foi criado pela Lei nº 4245, e instalado em 03 de dezembro de 1961.

Aos vinte e oito anos, completados nesta data, Palotina é um dos mais progressistas Municípios da Região Oeste do Paraná. Sua riqueza básica está na excepcional conduta de sua agropecuária, onde se destacam principalmente o plantio da soja, trigo e milho, além de razoável rebanho bovino.

A justa e merecida homenagem que esta Assembleia presta aos seus dirigentes é também extensiva ao laborioso povo palotinoense, que se orgulha dos 28 anos de constante progresso de sua querida Palotina.

REQUERIMENTO Nº 2775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja feito urgentemente a pavimentação com pedras irregulares, da estrada rural GB-457 que liga o Distrito de Cruzeiro do Iguaçu ao Distrito de Canoas, localizados no Município de Dois Vizinhos - PR.

Requer-se também, da decisão da Casa seja oficiado à Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, dando-se ciência deste ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, vereadores, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS do Município de Dois Vizinhos, aos Srs. Líderes dos Distritos de Cruzeiro do Sul e Canoas, à Rádio Educadora e ao Jornal Folha do Vale e aos demais jornais, rádios, revistas e canais de televisão do Sudoeste do Paraná, conforme relação anexa.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Há mais de dois anos reivindicamos a pavimentação com pedras irregulares da estrada rural GB-457, que liga o Distrito de Cruzeiro do Iguaçu ao Distrito de Canoas. A súmula deste requerimento pede urgência da pavimentação da estrada rural GB-457, por quê?

Senhor Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, o povo de Cruzeiro do Iguaçu somado ao povo de Canoas, já não agüentam mais o desconforto e o atraso que a estrada rural GB-457 vem provocando a estas comunidades por falta da pavimentação com pedras irregulares. As razões desta reivindicação são à mais variadas possíveis entre elas está a seguinte: quando chove, os mais de onze quilômetros tornam-se intransitáveis, atrasando cada vez mais o transporte das culturas produzidas na região do município de Dois Vizinhos - PR, prejudicando especialmente o desenvolvimento dos Distritos de Cruzeiro do Sul e Canoas.

A pavimentação da estrada rural GB-457, com pedras irregulares levará mais conforto e desenvolvimento ao interior do Município de Dois Vizinhos.

O povo, as lideranças de nossas comunidades certamente saberão através da pavimentação da estrada GB-457, aproveitar e incrementar ainda mais as atividades desenvolvidas na área rural.

Estas variam desde agricultura, avicultura, suinocultura, apicultura, caprinocultura e a pecuária.

O povo dos Distritos de Cruzeiro do Iguaçu e Canoas, confiam no investimento neste setor e aguardam urgentemente o atendimento.

REQUERIMENTO Nº 2742

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja oficiada ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitação da Certidão de Prestação de Contas da União Paranaense de Estudantes Secundaristas, UPES, entidade reconhecida como de Utilidade Pública Estadual,

referente ao exercício dos últimos cinco anos, correspondente à prestação de contas de recursos, auxílio e subvenções recebidas, em qualquer caráter, pelo Governo do Estado do Paraná e outros órgãos oficiais.

Tal solicitação prende-se ao fato de estar sendo noticiado na imprensa estadual (matéria em anexo) o financiamento pela UPES da campanha publicitária do Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, Rubens Bueno, correlata à eleição direta para diretor das escolas estaduais.

Em nossa visão, não existem recursos na UPES que viabilizem tal financiamento, uma vez que é pública e notória, a precariedade da entidade que, constantemente, bate às portas de órgãos oficiais, particularmente, deste Poder Legislativo, clamando por verbas para arcar com as despesas atinentes à sua subsistência.

Prova da carência de recursos da entidade é a situação física do prédio sede da UPES (doado pelo poder público), reclamante de obras e reparos urgentes.

A fonte geradora de recursos da UPES é registrada, ao que sabemos, ao arrecadado com as identidades estudantis ("carteirinha de estudante") que, segundo fomos informados por dirigentes estudantis, não estão sendo confeccionadas.

Desta forma, resta a hipótese dos recursos de subvenção que a entidade possa estar ou haver recebido e sendo destinados à campanha. De qualquer forma, para a elucidação da questão, de interesse direto da coletividade paranaense, depende desta Casa da Certidão da entidade supramencionada, prestando contas dos recursos recebidos.

Assim, temos certeza de sermos atendidos, com prontidão pelo TC do Estado, órgão fiscalizador do Paraná que é peça indispensável neste momento.

A certidão expedida pelo Tribunal de Contas nos fornecerá os dados financeiros da União Paranaense de Estudantes Secundaristas e, somente através deles, saberemos se é a entidade a responsável pela campanha publicitária do secretário Rubens Bueno.

Sala das Sessões, em 04.12.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2762

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado à Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, expediente oficial do Poder Legislativo, gerenciando em favor do CONSELHO REGIONAL DE MUSEOLOGIA - 5.^a REGIÃO/SANTA CATARINA.

A presente proposição segue acompanhada do ofício n° 26/89 - COREM - 5.^a Re-

gião, assinado pelo Dr. Maury Rodrigues da Cruz, presidente da entidade, através do qual são solicitados recursos financeiros para fazer frente aos sérios problemas da ordem econômica que impedem a realização de um trabalho sério, contínuo e consistente daquela prestigiosa entidade.

Apesar das justificativas arroladas no ofício em anexo, necessário se faz destacar os propósitos do COREM, com o objetivo precípua de controlar e agilizar os mecanismos inerentes ao estudo e ao trabalho das diversas modalidades na área museológica, bem como garantir ao museólogo, condições de segurança e direitos no exercício da profissão.

O repasse de recursos públicos para a entidade em questão, além da justiça, marcaria um importante incentivo do Poder Público nesta área da nossa cultura que, por tanto tempo, esteve esquecida ou permaneceu em segundo plano.

Que da decisão do Plenário dê-se ciência ao Conselho Regional de Museologia - 5.^a Região, Paraná/Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 04.12.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2768

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor HEIZ GEORG HERVIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando determinações para o cascalhamento do trecho da Rodovia BR-153, que liga VENTANIA e TIBAGI.

Sala das Sessões, em 04.12.89

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é decorrente dos inúmeros apelos feitos por lideranças políticas locais, inseridos em documentos igualmente remetidos à Secretaria de Transportes, objetivando medidas que possibilitem ao mencionado trecho oferecer reais condições de trafegabilidade, particularmente por constituir-se a Rodovia BR-153 importante escoadouro da produção do Estado, onde o Município de TIBAGI responde por significativa parcela da produção estadual de alimentos.

Daí conclui-se da necessidade da adoção de medidas imediatas que propiciem ao usuário a segurança e o mínimo de condições de tráfego, fator que virá contribuir para o processo de desenvolvimento e de progresso dos Municípios que, como Tibagi, constituem o celeiro da Nação.

REQUERIMENTO N° 2770

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Comandante da Polícia Militar do Estado, a fim de determinar policiamento nas proximidades do Colégio Estadual Milton Carneiro.

A presente solicitação prende-se ao fato de que o Colégio Milton Carneiro, localizado à rua Capitão Roberto Lopes Quintas, s/nº, alto Boqueirão, nesta Capital, tem sido palco de freqüentes invasões, depredações, roubos e incêndios culposos, conforme laudo paricial em anexo.

Tais ações de vandalismo têm gerado à comunidade, inviabilizando o bom funcionamento daquela instituição de ensino que é uma das mais importantes daquela região da nossa capital.

O policiamento não deve limitar-se, contudo, ao Colégio Milton Carneiro mas, desenvolver o policiamento em toda a região, livrando assim a comunidade das ações de delinqüentes e de vandalismo que ali têm se desenvolvido.

Que do teor do presente dê-se ciência à Direção do Colégio Estadual Milton Carneiro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.12.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2743

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, com base nas prerrogativas asseguradas na Constituição do Estado do Paraná, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao excelentíssimo Senhor Secretário do Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, RUBENS BUENO, o seguinte,

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

01. De que forma essa Secretaria viabilizou a campanha de publicidade veiculada por ocasião das eleições diretas para diretor das escolas da rede estadual de ensino?

02. No que a campanha constitui e que fins procurou atingir?

03. Qual o montante de recursos gastos pela Secretaria para financiar a referida campanha?

04. Se não houver gastos, explicitar a fonte geradora dos recursos para a campanha.

05. Quais as doações feitas, a título de subvenção, nos últimos dois anos, pela Secretaria, à UNIÃO PARANAENSE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS, UPES, demonstrando:

- a) datas;
- b) valores;
- c) finalidades;
- d) fonte dos recursos;
- e) projetos financiados;
- f) prestação de contas da aplicação

dos recursos;

g) critérios para repasse de verbas;

h) processo para solicitação e posterior repasse dos recursos.

06. Como a campanha publicitária foi operacionalizada, com publicação, mídia eletrônica, outdoors e outras formas de propaganda.

JUSTIFICATIVA:

O parágrafo primeiro, do inciso, vigésimo terceiro, do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná reza: "A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos".

Pela forma do disposto, vemos desde logo, que a campanha desenvolvida na mídia eletrônica, escrita, através de publicações, outdoors e etc, por ocasião da eleição direta para diretor de escolas da Rede Estadual de Ensino, veiculando imagens e impressões do Deputado Rubens Bueno, Secretário de Estado da Justiça do Trabalho e Ação Social, encaixa-se, perfeitamente, no vedado pela Constituição.

Há, contudo, as afirmativas do próprio Secretário através da imprensa, de que tal campanha estaria sendo "financiada gentilmente" pela União Paranaense de Estudantes Secundaristas UPES, entidade interessada nas eleições diretas nas escolas. Desta forma, não precisaria o Senhor Secretário esclarecer os itens do requerimento que, certamente, não seriam do seu conhecimento, bastaria, tão somente, a declaração formal e documental de que a UPES estaria financiando a campanha, ou outra entidade, como for o caso.

É importante ressaltar, ainda, que a presente proposição não tem o expediente de discutir o mérito da campanha referente às eleições diretas nas escolas, encarada, por nós, como forma democrática de gestão dos estabelecimentos públicos de educação. Estranhamos, porém, chegando a causar espécie, o fato de que tal campanha deveria ser, ao que nos parece, veiculada pela Secretaria de Educação, que administra o Sistema Estadual de Educação e não pela Secretaria de Justiça, Trabalho e Ação Social que opera em área completamente oposta àquela objeto da campanha, em que pese, apesar disto, a relação íntima entre o Deputado Rubens Bueno e o tema.

Contudo, o assunto merece esclarecimento e esses esclarecimentos dependem, contudo, da palavra do Secretário Rubens Bueno, indicando-nos a fonte geradora da campanha publicitária.

Se através da UPES, ação posterior, deste Parlamentar procurará levantar, na-

quela entidade, a fonte geradora dos recursos financiadores da campanha publicitária.

Em anexo, segue matéria publicada em periódico desta Capital (Jornal Correio de Notícias), assinado pelo eminente jornalista Luiz Geraldo Mazza, abordando a questão e colocando, inclusive, a estranheza que assalta também a este Parlamento, pelo fato de a UPES estar financiando tal campanha, quando tem reclamado, com praxe, falta de verbas para manutenção da entidade.

Procuramos, através deste procedimento, iniciar o elucidamento deste caso, exercendo, em plenitude, a função fiscalizadora, latente ao Poder Legislativo, reconquistada após anos de arbítrio e sacramentada no texto da atual Constituição do Estado que leva a assinatura do próprio Secretário Rubens Bueno.

Sala das Sessões, em 04.12.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2753

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações, pela data de 29 de novembro, em que se comemora o DIA DO CAFÉ.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às diretorias das seguintes Cooperativas:

- Cooperativa Central Agropecuária do Paraná - COCAP
Rua XV de Novembro, 597
80.020 - Curitiba - Pr
- Cooperativa Mista de Alvorada do Sul
Caixa Postal 201
86.110 - Alvorada do Sul - Pr
- Cooperativa Agrop. Centro Norte do Paraná - CANORPA
Caixa Postal 282
86.800 - Apucarana - Pr
- Cooperativa Agrícola de Astorga - COCAFÉ
Caixa Postal 12
86.720 - Astorga - Pr
- Cooperativa Reg. Agrícola Mista de Cambará - COOPRAMIL
Caixa Postal 301
87.390 - Carambá - Pr
- Cooperativa Agropecuária Mourãoense - COAMO
Caixa Postal 460
87.300 - Campo Mourão - Pr
- Cooperativa Agrícola Consolata - CO-

PACOL

- Caixa Postal 11
85.825 - Cafelândia - Pr
- Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Centenário do Sul
Caixa Postal 18
86.630 - Centenário do Sul - Pr
- Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Cornélio Procópio - COPROCAFÉ
Caixa Postal - 282
86.300 - Cornélio Procópio - Pr
- Cooperativa Agropecuária Goioerê - COAGEL
Caixa Postal 176
87.360 - Goioerê - Pr
- Cooperativa Agrop. do Norte Pioneiro - CANORP
Caixa Postal 161
86.590 - Ibaiti - Pr
- Cooperativa Agrop. Mista do Vale do Ivaí - COPIVA
Caixa Postal 117
86.870 - Ivaiporã - Pr
- Cooperativa Reg. Agrária de Cafeicultores do Norte - COFENORPA
Caixa Postal 341
86.400 - Jacarezinho - Pr
- Cooperativa Agrária dos Cotonicultores de Jataizinho - CACOTAL
Caixa Postal 04
86.210 - Jataizinho - Pr
- Cooperativa Agrícola de Cotia Norte do Paraná - CAC/NPR
Caixa Postal 2071
86.010 - Londrina - Pr
- Cooperativa Agrop. Vale do Tibagi - VALCOOP
Caixa Postal 1705
86.065 - Londrina - Pr
- Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari - COCARI
Caixa Postal 64
86.970 - Mandaguari - Pr
- Cooperativa de Cafeicultores e Agrop. de Maringá - COCAMAR
Caixa Postal 932
87.020 - Maringá - Pr
- Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina - COPAGRA
Caixa Postal 71
87.970 - Nova Londrina - Pr
- Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri - COOPERVALE

- Caixa Postal 171
85.940 - Palotina - Pr
- Cooperativa Agrop. dos Cafeicultores
de Porecatu - COFERCATU
Caixa Postal 14
86.160 - Porecatu - Pr
- Cooperativa Agrícola de Rolândia -
COROL
Caixa Postal 96
86.600 - Rolândia - Pr
- Cooperativa Platinense dos Cafeicul-
tores - COPLAC
Caixa Postal 144
86.430 - Santo Antonio da Platina - Pr
- Cooperativa Agrop. Mista do Oeste -
COOPAGRO
Caixa Postal 102
85.900 - Toledo - Pr
- Cooperativa Agropecuária União -
COAGRU
Caixa Postal 162
87.350 - Ubiratã - Pr
Sala das Sessões, em 04.12.89
(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2754

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consagração de votos de congratulações pelo transcurso da magna data em que se comemora o Dia Internacional da Câmara Júnior, que é 07 de dezembro.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Dr. Hector Alcides Muniz
Pres. da Câmara Júnior de Curitiba
Rua XV de Novembro, 297 - 5° - conj.
503 / Curitiba - Pr
- Dr. Tomas Korantai
Vice Pres. da Câmara Júnior
Rua XV de Novembro, 297 - 5° - conj.
503 / Curitiba - Pr
- Noedi Bitencourt Martins
Caixa Postal 1004 - Curitiba - Pr
- Dr. Clério Benildo Back
Cartório de Registro de Imóveis
Rua Princesa Isabel, S/N
85.270 - Palmital - Pr
Sala das Sessões, em 04.12.89
(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2760

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental,

após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações à FEDERAÇÃO DAS COLÔNIAS DE PESCADORES DO ESTADO DO PARANÁ, pela eleição da sua nova diretoria.

No dia 28 último, 10 colônias de pescadores, sendo, 5 no litoral e 5 no Norte do Estado, reuniram-se para eleger a nova diretoria da Federação que congrega todas as colônias, para um mandato de três anos.

A diretoria ficou assim constituída: Presidente: Edemir Manoel Ferreira; Vice: João Dutra; Secretário: Jacir da Costa e Tesoureiro: Moacir Cordeiro.

Que o presente requerimento represente mais do que um simples cumprimento do Poder Legislativo do Paraná à Federação e aos eleitos mas, que alcance o significado de um fraterno abraço desta Casa, a essa gente que, anonimamente, faz o nosso Paraná acontecer.

Que a gestão ora iniciada, na Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Paraná, seja marcada pelo dinamismo, competência e realizações, além de inúmeras conquistas para a classe.

Que do teor do presente, dê-se ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 04.12.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2761

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à Senhora EULÉZIA BRAMBILLA ALARCOM.

EULÉZIA BRAMBILLA ALARCOM, diretora-presidenta do Grupo Orbram, foi homenageada ontem pelo Conselho Permanente da Mulher Executiva da Associação Comercial do Paraná, quando recebeu o troféu "Destaque Empresarial Mulher 89", durante jantar no Graciosa Contry Club.

Pioneira no Sul do Brasil, no segmento empresarial de conservação e limpeza, a Orbram teve início em 1963 e, hoje, além de atender centenas de empresas comerciais, industriais, repartições, limpeza, conservação e guarda de valores, é proprietária também de hotéis e confecções.

EULÉZIA BRAMBILLA ALARCOM é um desses exemplos raros de valorização da mão-de-obra e do respeito pelo trabalhador, comprovada na relação empregado/empregador estabelecida nas suas empresas. Por outro lado, a homenagem a essa empresária vem corroborar as insistentes demonstrações de preparo e alta qualificação da mulher brasileira diante de qualquer responsabilidade na sociedade.

Receba, a homenageada, os cumprimentos

sinceros e fraternos do Poder Legislativo pelo destaque alcançado.

Que do teor do presente dê-se ciência à homenageada.

Sala das Sessões, em 04.12.89

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 365/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor José Eduardo de Andrade Vieira;

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.89

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a homenagem na qual pretendemos seja concedido título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Eduardo de Andrade Vieira, a quem mantemos profundo respeito e admiração, obedece aos anseios de todos os segmentos da Sociedade Paranaense, motivo porque apresentamos à consideração desta augusta Assembléia Legislativa.

JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA, paranaense nascido em Tomazina; aos 18 anos de idade iniciou sua carreira profissional no Bamerindus, como simples auxiliar. Face seu desprendimento passou pelas mais diversas funções até chegar ao cargo de Diretor Administrativo, logo após a unificação de diversos bancos regionais em uma só empresa.

Em 1974, JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA chega à vice-presidência do Banco e, face à sua capacidade administrativa, nos anos de 1979 e 1980, passa a maior parte do tempo no exterior preparando o Bamerindus para entrar no mercado internacional.

Em agosto de 1981, assume a presidência, iniciando uma transformação no Bamerindus, com diversas incorporações de outras instituições financeiras de porte menor, passando a ter uma determinação nacional com maior participação no mercado brasileiro.

Sob a liderança de JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA, o Bamerindus vem mostrando o seu dinamismo ao lançar produtos à frente da concorrência, como é o caso da conta remunerada, que revolucionou o sistema financeiro ao remunerar o dinheiro que fica parado em conta corrente, da cobrança remunerada e a garantia pública de pagamento de cheques preferenciais.

A base para estes produtos inovadores está na informática, onde o Bamerindus esteve sempre na vanguarda, participando do

lançamento do primeiro Banco 24 horas no país e, também como pioneiro interligando eletronicamente as agências de cidades como Curitiba e Porto Alegre.

Hoje 90% da clientela do Banco tem a seu dispor mais de 600 agências interligadas, entre as 900 agências da Rede Bamerindus, o terceiro maior grupo financeiro do Brasil.

O Banco Bamerindus do Brasil S/A, sob a Presidência do Senhor JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA, é um BANCO DO PARANÁ!

PROJETO DE LEI N° 366/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado, "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Bom Sucesso do Sul, com território desmembrado do Município de Pato Branco, com sede na localidade do mesmo e com as seguintes divisas:

"Começa na foz do rio das Marrecas, no rio Sant'Ana, donde por uma linha seca Leste-Oeste alcança o rio Vitorino, daí sobe por este até alcançar a foz do arroio Lambedor, subindo por este até a sua cabeceira, donde por uma linha seca alcança a cabeceira do arroio do Elias e desce até a foz no rio Sant'Ana, daí sobe por este até alcançar a foz do rio Marrecas, ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(aa) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O anseio dos habitantes de Bom Sucesso do Sul em ver o seu distrito elevado à condição de Município, está claramente demonstrado na vontade de trabalhar e lutar que se nota naquela população.

A emancipação pretendida irá se constituir em mola propulsora para o maior desenvolvimento de todos os setores da atividade sócio-econômico daquela comunidade.

Os recursos econômicos de que dispõe o distrito de Bom Sucesso serão potencializados quando da criação do Município de Bom Sucesso do Sul, dando a este condição de poder melhor decidir sobre o seu futuro, que lá já se vê estruturado como núcleo urbano capaz de descentralizar a vida municipal e encaminhar os seus serviços de acordo com os interesses de nosso Estado.

Por estas razões e, também baseados no fato do novo Município atender a todos os requisitos legais, é que apresentamos o presente plano de lei que, sem dúvida, me-

recerá a aprovação desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 367/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, sob forma de Fundação a Faculdade de Agronomia, Veterinária e Zootécnica de Apucarana, com sede no Município de Apucarana.

Parágrafo Único - O estabelecimento de ensino, de que trata este artigo, será organizado em Fundação de Direito Público, e de conformidade com as normas das legislações Federal e Estadual.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

() LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição se faz necessária já que Apucarana possui toda a infraestrutura necessária para a criação desta faculdade, o que beneficiará aquela cidade e toda a região do Vale do Ivaí.

A criação da mencionada Faculdade vem da necessidade que os alunos que lá estudam possam dar continuidade, galgando o grau universitário na área que escolherem, sem serem obrigados a se deslocarem para outros centros, o que encarece o ensino em nosso País, obrigando muitos deles a pararem de estudar pelas dificuldades financeiras encontradas.

Assim sendo, por considerarmos nossa medida justa, benéfica e de grande valor paranaense, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 368/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado, "ad referendum", do resultado do plebiscito, o Município de Honório Serpa, com território desmembrado do Município de Manguaçu, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Começa no rio Chopim na foz do rio Gigante, sobe por este até sua cabeceira, donde segue em sentido norte pelo divisor até alcançar a cabeceira do lagoado Grande, daí desce este até a sua foz no rio Covo, pelo qual sobe até alcançar as divisas entre as fazendas Machado e Campo Redondo, até o rio Marrecas, subindo este até a foz do lagoado do Cedro, pelo qual

Curitiba, segunda, em 04.12.89

sobe até sua cabeceira donde em linha reta alcança a cabeceira dos Ferreiras, daí desce este até o rio Chopim e desce até a foz do rio Gigante, ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei é a concretização das aspirações de um povo que há muito luta, denodadamente, no sentido da emancipação política do Distrito Administrativo de Honório Serpa.

A emancipação pretendida irá se construir mola propulsora para o maior desenvolvimento de todos os setores de atividades daquela comunidade, isto é, os setores sócio-econômico, político e cultural, que se ressentem de maiores condições para o seu pleno desenvolvimento.

Os recursos econômicos de que dispõe o Distrito Administrativo de Honório Serpa serão potencializados com a criação do novo Município, dando-lhe condições de poder melhor decidir sobre o seu futuro, que ali já se vê estruturado como núcleo urbano capaz de descentralizar a vida municipal e encaminhar os seus serviços de acordo com os interesses do Estado.

Estas as razões que nos levam a apresentar o presente projeto de lei que, temos certeza, merecerá aprovação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O plenário, está vazio mas não tem problema, eu vou falar para registrar na Casa. É importante que meu querido Líder esteja presente porque levará ao Governador o que agora vamos dizer, por isso é importante que Vossa Excelência esteja presente e até, permita-me, ouvir-me. E como não poderia deixar de ser, meus prezados colegas Deputados, é a respeito da proposta salarial que o Governador do Estado está nesta hora examinando junto com seu respectivo assessoramento. Fruto naturalmente de um trabalho exaustivo de três Pastas de Secretarias que analisaram no curso das semanas próximas passadas, aquilo que viria apresentar para o encerramento, a conclusão do ano letivo no exercício de 1989.

Na área da segurança a preocupação é grande, é latente, perdura como é do conhecimento de todos nós, em especial da sociedade, a insatisfação que paira e

existe dentro das duas grandes corporações. Na Polícia Civil, em greve até a data de hoje, com prognóstico de estender até a análise e apreciação dessa proposta pelo Governador do Estado. Na Polícia Militar a expectativa amarga de que para eles também nada sobra que não seja a observação do que o Governador deverá encaminhar. Dia 22, julgado no STF a isonomia da Polícia Militar, de pronto, de imediato atendendo as reivindicações do Governador do Estado o STF na pessoa de seu Presidente encaminhou a liminar para suspender o pagamento que diz respeito ao soldo correspondente às Forças Armadas aos companheiros da Polícia Militar.

O mérito legal não foi julgado porque do colégio de ministro alguns acharam viável, acharam oportuno aguardar para uma outra data. Vejam os Senhores companheiros que vamos ter o recesso dos Poderes, o recesso do Congresso, da Câmara Federal, da Assembléia Legislativa, estamos no processo sucessório presidencial, e em seguida virão as férias e depois ainda o processo Governamental. Então deveremos encaminhar esse estudo, essa apreciação deste mérito lá para o exercício de 1990 quem sabe 1º ou 2º semestre. Vai ser um ano difícil, enquanto isso para salvaguardar na forma de medida cautelar os mandatos de junção que em forma coletiva estava por aparecer e o governo segurou. Mas, estamos encaminhando na expectativa de que o Governador do Estado ao apreciar a proposta encaminhada por três Secretarias de Estado está a examinar a isonomia da Polícia Militar junto à área jurídica. A grande preocupação, Senhores Deputados, prezados companheiros, prezados companheiros das duas grandes instituições, é realmente se o Governo vai encaminhar a paridade à Polícia Militar já que a Polícia Civil a conquistou a partir do dia 05 de outubro do ano de 1989.

Então, vejam companheiros, por tradição historicamente as duas instituições sempre caminharam juntas, ganharam juntas o mesmo salário. Não pode indiscutivelmente e quero crer que o Governador foi assessorado para isso, a rigor nem precisa porque ele conhece muito bem o processo histórico das duas instituições, e não pode então diferenciar uma da outra.

Na parte dos agentes, no escalão vertical de Delegado a Agente e na parte da Polícia Militar, de Coronel a Soldado, a proposta é que haja uma comparação, uma equiparação proporcional, na escala vertical a fim de salvaguardar o bolsão de ensaio à central de boato, que paira ao longo destas duas instituições, destas duas grandes instituições.

A grande preocupação, Senhor Presidente, é que o Governador, numa análise si-

nóptica que nós tivemos a oportunidade de fazer, prezados companheiros, o Governador tem, se nós tomarmos o mês de dezembro de 1989, 28 dias úteis, ou melhor, 28 dias a contar da data de hoje, tirados 11 dias úteis sobram-lhe 17; janeiro de 90, tem 31 dias, tirando 9 dias úteis sobram-lhe 22 dias, fevereiro de 90, 28 dias, tirando 10 dias úteis, sobram-lhe 18, março de 90, 31 dias, tirando 9 dias, sobram-lhe 22, isso de um total de 79 dias úteis, para o Governador administrar essa proposta.

Por que administrar? Porque ele vai se desincompatibilizar, para o cargo eletivo ao Senado da República.

Então, Governador, não há quase mais tempo levando em consideração o que eu disse anteriormente, e o recesso desta Casa, outros expedientes que temos por analisar, inclusive a nossa Lei Orçamentária, eu pediria, data vênua, salvo o melhor juízo de Vossa Excelência que analisasse porque o momento é agora, a fim de salvaguardar o mal-estar que paira nos órgãos de segurança.

A sociedade está atônita, preocupada com o índice de violência que grassa em Curitiba; os marginais estão a aplaudir, naturalmente assistindo à distância e aplaudindo a forma de, à vontade com que eles se encontram a desenvolver os maiores atos de atrocidades. É importante para análise e avaliação deste momento, no momento em que o Ministro da Justiça encaminha ao Congresso Nacional uma medida preliminar para poder avaliar a prisão cautelar, a prisão temporária.

Os marginais ficaram sensibilizados, mas a acontecer isto no Paraná, nós estamos deveras preocupados.

Companheiros Deputados, nós em especial que integramos a Comissão de Segurança Pública desta Casa, eu convoco, eu concito-vos, chamo, conclamo a atenção para a realidade deste momento.

A sociedade não deve, não pode temer, porque Sua Excelência, o Governador não tornou de todo ainda sensível para análise e avaliação deste problema: razão pela qual, eu conclamo prezados companheiros, para a realidade.

A isonomia da Polícia Militar deverá demorar, mas a da Polícia Civil já está conquistada, consagrada.

A pagar a Polícia Civil (só para concluir, Senhor Presidente), e não estender, será quebrar um vínculo, uma tradição de 137 anos, existentes neste Estado.

Cerca de 120 homens-dia, pedem baixa na Corporação policial militar. O quadro não é fácil, o quadro é perigoso, o quadro é deveras desagradável.

Senhor Governador, através dos vossos Deputados, em especial do vosso Líder, conclamo para que atente bem para esta

realidade, faltam-lhe tão somente, Governador, 79 dias de exercício efetivo para atender a reivindicação dessas duas grandes corporações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Nos últimos dias a imprensa tem noticiado que brasileiros proprietários de terras no Paraguai e Argentina estão sendo ameaçados de desapropriação, segundo temos conhecimento, numa faixa de 100 km considerada de segurança naqueles países. Ainda que os motivos dessas desapropriações me pareçam justos e oportunos entendemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que tomando medida semelhante os Estados limítrofes poderão impedir que haja maior acodoamento aos nossos conterrâneos.

São brasileiros que foram para o Paraguai há dez anos, há vinte anos, quando as terras no Paraguai não valiam, absolutamente, nada, principalmente na região de fronteiras, e aí trabalharam a terra, plantaram, produziram e, hoje, o que se tenta fazer é, simplesmente, enxotar os brasileiros que produziram para o Paraguai.

Nós precisamos tomar uma posição muito clara neste Parlamento. Nós precisamos intermediar e questionar o nosso País irmão, que é o Paraguai, no sentido de fazer sobrestar, sustar e arquivar este Projeto de um Senador que tenta prejudicar os brasileiros que foram para aquela terra produzir e prosperar.

Este País sempre abriu os seus braços para as gentes e povos de todas as raças e este projeto, ao que nos parece, não passa de um projeto discriminatório ao povo brasileiro.

Por isso, Senhor Presidente, nobres Pares, usamos este horário para anunciar que estamos apresentando um Projeto autorizando o Governo do Estado a desapropriar imóveis pertencentes a estrangeiros que possam ser considerados de utilidade pública e dá outras providências.

Nas entrelinhas, o Senador coloca que "os brasileiros estão tomando o espaço dos paraguaios", mas de forma explícita, na imprensa, vem dizer de viva voz que os brasileiros estão invadindo o Paraguai, que os brasileiros estão tomando conta do Paraguai.

Ora, Senhor Presidente, nobres Pares, nós que tanto defendemos e aceitamos, quantos paraguaios vieram para o Brasil, quantos paraguaios...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa

Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - ... Obrigado, Senhor Presidente... dividem a fatia do "filet mignon", que é o centro de Foz do Iguaçu, as casas de comércio. Então, faço uma pergunta: será que estes proprietários paraguaios de casas comerciais no Brasil estão tomando espaço dos brasileiros?

É uma proposta que nós apresentamos Senhor Presidente, e voltaremos a falar sobre isso no horário da liderança do nosso partido, evidentemente, com o apoio do nosso Líder Ezequias Losso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Voltamos a esta tribuna nesta semana, para denunciar e para registrar o absurdo que está ocorrendo com a merenda escolar, o absurdo que vem se praticando com os estados, mas principalmente se praticando com os alunos, com as crianças que estão no sistema público de ensino deste Estado e nos municípios.

A superintendência da Cobal nos informou por telegrama, o qual deve ter sido recebido por todos os Deputados desta Casa, que está havendo um recurso de um milhão de cruzados em merenda escolar destinado ao Estado.

Mas, este um milhão vem em forma de mercadoria ou seja, de alimentos, voltando a ter o mesmo sistema, o mesmo vício de se comprar centralizadamente os alimentos e após isso então mandar para os estados.

Enquanto isso acontece, as escolas, na sua grande maioria se ressentem da falta da merenda escolar. A merenda é importada pelo Estado, nos modos do sistema centralizado em Brasília e a nossa proposição, a nossa luta e a luta de todos os Deputados, creio eu, é de que esta merenda seja comprada aqui no Estado e mais, comprada das regiões produtoras, para beneficiar as áreas afins, peculiares, áreas que realmente produzem aquele tipo de alimento nas várias regiões deste Estado.

Estariamos assim, em primeiro lugar fortalecendo o pequeno produtor, que já é uma dificuldade para se manter em sua pequena propriedade, os cinturões verdes, as hortas dos municípios seriam também prestigiadas pelo Governo. A área de produção seria assistida.

Essa importação é nefasta para o Estado, porque ela encarece o produto. Ela encarece, porque nós temos que pagar ICM também.

O Estado vai tirar dinheiro para pagar

esse ICM, porquanto aqui no Estado este imposto ficaria aqui dentro deste Estado, não jogaríamos divisas para fora da nossa região.

Tem a questão da rapidez, da entrada do alimento, da dispensa da escola para fazer a merenda. A distribuição seria mais rápida. O frete também não existiria.

Então o passeio da merenda está na fila do passeio do trigo, passeio do milho, tantos passeios neste Estado, neste País.

Desta forma, fica aqui esta nossa palavra de atenção, principalmente protestando contra a forma que trata os estados e municípios na questão do alimento chegar mais próximo da criança.

Outro assunto que venho colocar nesta tarde é a questão da nossa BR-277 que já é impossível tráfegar nas estradas do Paraná. Não se consegue mais andar pelas estradas do Brasil, especialmente na BR-277 que é a estrada nacional de fundamental importância para o turismo, é a estrada que conduz a nossa produção e o nosso turismo até Buenos Aires, nos países da América do Sul.

Eu gostaria de aqui nos unirmos com os sindicatos, transportadores, os motoristas de caminhão, mas também aqueles que trabalham, os caixeiros-viajantes, e aqueles que fazem do turismo também uma fatia respeitável neste Estado, como Foz do Iguaçu, de modo que fica aí a solidariedade ao movimento de protesto pelos buracos, pelo mal estado de nossas estradas no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. SABINO CAMPOS (Questão de Ordem) -

Eu pediria que fosse respeitado em Plenário, quando fosse feito uso da palavra, o que diz no Regimento Interno: segundo me consta, teria que ser com traje completo e gravata. Eu não falei antes porque gostaria de deixar ele falar. Eu pediria a Vossa Excelência que essa liberalidade não fosse costume porque na próxima vez eu virei de manga de camisa e vou querer falar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai solicitar aos Senhores Deputados que quando ocuparem a tribuna ou mesmo em plenário usem os trajes de acordo com o Regimento Interno.

No Grande Expediente, com a palavra o Senhor Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Surpreende-me a apresentação de um projeto de lei de autoria do Deputado Lindolfo Júnior que autoriza o Governo do Estado a desapropriar imóveis pertencentes a estrangeiros que possam ser considerados

de utilidade pública e dá outras providências.

O ilustre Parlamentar na sua justificativa se refere ao problema criado com os brasileiros residentes no Paraguai, os brasiguaios, mas me parece, e estou convencido de que esta não é a melhor maneira de se defender os brasiguaios. Não é com uma proposta de retaliação a todos os estrangeiros do Paraná que nós vamos resolver o problema dos brasileiros no Paraguai. Vamos criar e a Assembléia vai endossar isto, criar uma situação de expectativa e de intranquilidade em relação a todos os estrangeiros proprietários do Paraná? Os japoneses, os austríacos, os ingleses, os russos brancos, os ucranianos, os italianos, os coreanos, os chineses? Se aprovada uma lei dessa nós teremos aqui na Assembléia multidões de estrangeiros proprietários a solicitar uma explicação desta Casa. Já há uma comissão formada, a pedido do Deputado Paulino Delazeri, para que se encaminhe um entendimento, uma solução em que não haja prejuízo aos brasileiros já estabelecidos. Não seria ético e não seria correto avançarmos em propostas de retaliação de um Estado contra um País. A melhor forma de defesa dos nossos brasileiros é o encaminhamento negociado. Além do mais este projeto é inconstitucional. A atribuição destas questões compete ao Congresso Nacional e não às Assembléias Legislativas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência está falando no horário das lideranças, nobre Deputado? Eu gostaria que Vossa Excelência me concedesse um aparte.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pequeno Expediente. Eu vou adentrar no horário da liderança e terei muito prazer em conceder o aparte a Vossa Excelência.

A inconstitucionalidade é flagrante. Eu acho que a Assembléia não pode fazer uma proposta de guerra a um País. O Paraguai e o Brasil é certo, tiveram uma guerra e todos nós sabemos as consequências que uma guerra traz aos dois países, mesmo assim se entenderam e hoje têm relações diplomáticas e têm tratados internacionais.

Tenho certeza absoluta, Deputado Lindolfo Júnior, que nós temos outros instrumentos para fazer com que o Paraguai, o Senado paraguaio não aprove este projeto de lei.

Temos um contrato para a construção de Itaipu, temos o corredor de exportação que o Paraguai usa via Paranaguá. Bastaria um ato do Ministério das Relações Exteriores e isto, depois de consumada esta ameaça. A retaliação é o último instrumento, é o último argumento que os países usam para a

solução dos seus problemas.

Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência que me conceda o horário da liderança.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedido.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu concedo o aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado a Vossa Excelência. Vossa Excelência está sendo muito feliz. Existem algumas pessoas e vamos falar claramente, alguns Deputados que buscam o caminho da notoriedade pelo ridículo. E o apelo que eu faço neste instante aos Senhores Deputados, é que não permitam que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, entre para o anedotário nacional, que rejeite, elimine, negando apoio para que esse projeto absurdo, esdrúxulo, doentio, possa tramitar pela Casa.

Nós não queremos negar o direito ao Senador da vizinha República do Paraguai de defender a faixa de fronteira daquele País. Todas as nações do mundo têm uma legislação que protege o seu território. O Brasil mesmo tem a legislação que protege a faixa de fronteira. Agora estamos implantando o projeto... Calha - Norte, que não é nada mais nada menos do que uma tentativa do governo brasileiro de proteger aquela riquíssima região do País.

Eu acho que, como diz V.Exa., a retaliação é um passo que não pode ser tomado por um povo civilizado. Nós temos um Ministério das Relações Exteriores no País, que efetivamente nos orgulha, desde o tempo de Rio Branco até os dias de hoje. Nós temos, se aprovado aquele projeto, meios dentro da diplomacia de proteger os brasileiros que foram ajudar construir a riqueza da vizinha nação.

Mas, este não é o caminho. Este é um projeto saído de uma mente doentia, pela notoriedade. Nós não podemos permitir que a Casa entre para o anedotário nacional, dando prosseguimento à tramitação de um projeto desta natureza.

Agradeço a V.Exa.

O SR. PAULINO DELAZERI - V.Exa. permite-me um aparte? (Assentimento).

Deputado Nereu Massignan, definitivamente eu reconheço no Deputado Lindolfo Júnior o Parlamentar mais inconsequente e nunca me dirigi desta forma a nenhum Parlamentar nesta Casa.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Pela ordem, Senhor Presidente.

Não admito que uma idéia apresentada seja chamada de irresponsável.

Curitiba, segunda, em 04.12.89

O SR. PAULINO DELAZERI - Este Deputado não sabe o mal que está causando aos 300 mil brasileiros que vivem em território paraguaio sem o título da nacionalidade do vizinho País. Porque são brasileiros que lá residem e convivem pacificamente com os paraguaios.

Pois bem, esse Deputado está provocando uma animosidade sem precedentes entre brasileiros e paraguaios daquele País, porque a busca da solução deste problema que se apresenta não é pelo confronto. Por isto esta comissão tem que se reunir, tem que dialogar, tem que buscar entendimentos com as autoridades paraguaias, e não a criação de conflito que certamente poderá haver, porque já está na imprensa. É a grande imprensa do Paraná que vai divulgar esta informação que o Deputado apresentou aqui neste projeto que, certamente, não terá apoio de nenhum outro Parlamentar. Mas, para a opinião pública do Paraná e do vizinho País, do Paraguai, vai parecer e vai ficar colocado como se fosse uma atitude da Assembléia Legislativa.

Agradeço o aparte e tenho certeza que nenhum voto obterá, além do Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. SABINO CAMPOS - V.Exa. permite-me um aparte? (Assentimento).

V.Exa. coloca muito bem o assunto. Temos a nossa região de fronteira de cem quilômetros nos municípios de Guaíra e de Terra Roxa e as escrituras não são dadas nem a brasileiros sem a autorização do Governo brasileiro. Se no Brasil não se dá aos brasileiros, não poderemos proibir que os outros países também façam a mesma coisa em sua faixa de fronteira.

Por isto devemos respeitar e compete, acima de tudo ao Governo Federal, leis neste sentido.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Falava o Deputado Paulino em animosidade. Realmente esse projeto virá contribuir para, ao invés de solucionar o problema pela via diplomática, pelo entendimento, criarmos uma situação quase que insustentável aos brasileiros que residem no Paraguai.

Não é com propostas retaliativas que estimulam a não solução, mas dificultam o encaminhamento.

Entendo que esse projeto é uma declaração de guerra do Estado do Paraná contra o País do Paraguai. E o meio desta declaração de estado de guerra, os maiores prejudicados são os nossos irmãos brasileiros.

É nosso dever defendê-los, velá-los, para que não sofram, com propostas como estas, revides, retaliações, animosidades, que possam estimular o Governo paraguaio,

O Senado Federal, ao usar como argumento para sustentação desse projeto, que vem prejudicar os brasileiros lá residentes.

A minha proposta é no sentido de que não haja apoio a este projeto e que derrubemos ainda hoje, nesta sessão, para que a Assembléia não dê o atestado de incompetência constitucional. E em segundo lugar, de inoportunidade de projetos desta natureza.

Muito obrigado.

O SR. RENATO ADUR (Pela ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença do Prefeito de Rio Negro, Senhor José Muller; do Vereador Munir Sneje, Secretário da Prefeitura, o companheiro Sidney, Tito Cantele; além do Secretário da Prefeitura, o companheiro Sidney.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

Encerrado o Grande Expediente, passa-se ao horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu Horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando solicitei de V.Exa. a inclusão no Pequeno Expediente, não tinha conhecimento de que o Deputado Nereu Massignan, e os apertes que lhe foram concedidos, fossem tratar deste assunto e com tanta propriedade, mas como há inscrição, venho a esta tribuna para me solidarizar com a proposta do Deputado Erondy Silvério, do Deputado Nereu Massignan, de que esta Casa negue o apoio ao Projeto de Lei, para que nós não tenhamos a desdita de termos que fazer tramitar nem sequer na Comissão Constitucional uma proposta dessa natureza, que me parece, demonstraria uma inconseqüência muito grande da Assembléia Legislativa.

Não é possível que esta Casa encerre o Mandato Parlamentar como uma forma que passa eventualmente pela cabeça de alguém gerar um projeto polêmico para poder buscar notoriedade, na própria polêmica gerada. Não é possível.

A desapropriação, e eu dizia anteriormente ao Deputado Lindolfo Júnior, a desapropriação de áreas no País, é competência do Governo Federal, pode o Estado, pode a Prefeitura, pode as esferas de poder desapropriar por estrita necessidade do serviço público ou do bem comum. Mas quando um Projeto de Lei autorizatório no geral, de que o Estado desaproprie terras de estrangeiros é a negação da Constituição dos princípios nacionais, de um País que fez,

que construiu toda a sua pujança com a participação de estrangeiros das mais variadas raças que vieram ao nosso País.

Então, permito-me apenas hipotecar solidariedade, não contra o Deputado Lindolfo Júnior, não. É tão impensado o Projeto de V.Exa, que eu tenho certeza que V.Exa. não mediu nem sequer as conseqüências de uma demonstração totalmente infundada de hostilidade no instante em que, o próprio Brasil busca negociar uma situação com o Paraguai que tem milhares de brasileiros lá.

Eu tenho mesmo, na minha pequenina cidade de Planalto, dois postos de gasolina que são propriedade de argentinos.

Pois bem, vamos desapropriar o posto dos argentinos fechar os postos e talvez, porque o Deputado Lindolfo pensou em nós avançarmos contra todos os estrangeiros ricos ou pobres, trabalhadores ou não, em solo paranaense, para efeito de quê? Para efeito de buscar a possibilidade de parar em frente a uma Câmara de televisão para dar entrevista em cima de um projeto polêmico.

Não é por aí que nós vamos resgatar a imagem do Parlamento, não é por aí que nós vamos construir homens públicos respeitados perante a opinião pública. Não é por aí que vai consolidar a vossa candidatura ao Governo do Estado, nobre Deputado, porque nós precisamos ter o respeito da população em determinado momento, um Projeto de Lei, como esse, só faz é denegrir, e aí eu concordo com o Deputado Paulino Delazeri, as qualificações a esse Projeto têm que ser tiradas todas elas das notas taquigráficas, porque não pode colocar um Projeto desse, com outras palavras, a não ser um Projeto ridículo, que não vai levar a nada, e que vai gerar um impasse num momento em que nós não precisamos dele.

Portanto, minha solidariedade ao Deputado Erondy Silvério, ao Deputado Nereu, e a minha solicitação aos nossos Pares da Assembléia Legislativa, para negarmos apoio ao Projeto, não de medo de que se faça justiça, mas para não passarmos um atestado de inconseqüência a um Projeto tão descabido como esse, que esta Casa não merece registrar nos seus anais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulta à Liderança do PRN, se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo o horário e também quero já ocupar o horário das lideranças.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

não quero maltratar nem ser deselegante para com o Deputado Lindolfo Júnior porque não é de meu costume fazê-lo.

Mas, mesmo o mais ferrenho opositor desta Casa, quando eu era da bancada do PMDB, que sempre foi o Deputado Algaci Túlio, ele nunca ocupou esta tribuna para desmerecer quem quer que fosse nesta Casa.

V.Exa. já me deixou, veja bem, V.Exa. outro dia falou algo a respeito do Governador Álvaro Dias e que, por mais atrito que tenha para com o Senhor Governador do Estado, ele é meu particular amigo. E por mais problemas que tenha o Senhor Governador, ele não merece ser ofendido da forma que V.Exa. o ofendeu.

Hoje, V.Exa. permite-me, pego o jornal nesse final de semana e vejo V.Exa. dando a entender que vai solucionar o problema dos brasiguaios. Eu fiquei cá preocupado porque foi formada uma Comissão nesta Casa para tentar solucionar o problema dos brasiguaios. E eu não tenho esta petulância, nem esse desrespeito para com meus amigos e procuro nunca me meter na seara onde não sou chamado.

O meu partido, como Vice-Líder designou o Deputado David Cheriegate que fizesse parte, ao lado dos demais Deputados, ao lado do Deputado Furiatti e demais companheiros, que fôssem até o Paraguai tentar resolver esse problema.

Recebo hoje em meu gabinete, do gabinete de V.Exa. um comunicado me intimando a comparecer a uma reunião dizendo que V.Exa. iria tentar novamente discutir o problema dos brasiguaios. Eu realmente fiquei preocupado porque já tem uma Comissão nesta Casa tentando solucionar o problema dos brasiguaios.

E outra coisa, permita-me V.Exa., com todo o respeito, eu não voto no projeto de V.Exa.; a minha bancada não votará com V.Exa. Não votará, tenho certeza absoluta como conheço a Deputada Amélia. A minha Bancada jamais votará num projeto como esse, primeiro porque tenho um parente que tem terras lá. Comprou um pedacinho de chão para plantar lá. Um sobrinho aliás. E deve estar plantando aquilo que melhor lhe convier.

Mas, fico aqui analisando o projeto de V.Exa.. A minha maneira de pensar, posso até estar errado mas eu gosto de falar aquilo que eu sinto. Eu vejo o Deputado Furiatti, Deputado Paulino, alguns Deputados do PMDB interessados em solucionar o problema dos brasiguaios e vejo V.Exa. trazer um projeto hoje, que para mim é uma afronta contra este Parlamento. É uma afronta porque eu acho que o problema deve se não solucionado pelo Senhor Governador Álvaro Dias, não pelo Prefeito Jaime Lerner, não pelo Prefeito de Londrina, não por nós Deputados, apresentarmos projetos

que visem como se fosse uma afronta para com o Governo paraguaio. Não. Isto é problema de Brasília. Para isto nós elegemos nossos Deputados Federais; para isso nós elegemos nossos Senadores; para isso nós temos lá nossa Embaixada; para isso nós temos nosso Ministério das Relações Exteriores.

Agora, eu não posso conceber, se V.Exa. me permite, V.Exa. quer entrar com um projeto nesta Casa fazendo com que a colônia japonesa que tem um pedaço de terra aqui possa ser desapropriada; a colônia italiana, a colônia alemã, qualquer que seja a raça que tenha vindo de fora, tenha sido recebida de braços abertos no meu Estado ou na Nação brasileira, o projeto de V.Exa., V.Exa. que quer ser Governador do Paraná, V.Exa. está fazendo com que as diversas raças que vieram plantar aqui no Paraná fiquem amendrotadas com esta afronta que é o projeto de V.Exa. que eu tenho certeza que não deverá ser aprovado e muito menos ser encaminhado às Comissões Constitucionais desta Casa.

Existe uma Comissão formada nesta Casa, Deputado. E eu realmente estou assustado. Não estou aqui agredindo, estou desabafando, e eu tenho por hábito, talvez seja um defeito de falar aqui, o que eu tenho de falar eu falo, eu desabafo, eu converso. Mas dá-se a nítida impressão que depois de formada a Comissão pela Bancada do PDT, depois de se ter formado uma Comissão incluindo outros Parlamentares de outras bancadas, dá-se a nítida impressão como ontem, eu lendo um jornal, como se não existisse nenhuma Comissão nesta Casa tratando do problema dos brasiguaios.

Veja bem, Deputado, eu não sei qual é a ânsia de V.Exa., um moço novo, me permita porque eu sou mais velho que V.Exa., tenho 44 anos de idade, eu acho que V.Exa. não precisa disto. V.Exa. teve uma grande votação em Maringá, V.Exa. é um moço educado, um moço que tem se postado com as suas críticas, uma hora ao lado da oposição, outra hora ao lado da situação, mas não há necessidade disto.

Deu-se uma nítida impressão ao ler ontem um jornal da capital que não tínhamos Comissão. Que o Deputado Paulo Furiatti e os demais Deputados foram lá para o Paraguai para passear como se não existisse essa Comissão. E eu, inclusive chamo a atenção da imprensa. Deveriam divulgar que foi formada uma Comissão nesta Casa para ir para lá. Chamaria a atenção dos canais de Televisão, que foi formada uma Comissão para tentar solucionar os problemas no Paraguai.

Agora eu chego no meu gabinete e pego uma carta de V.Exa. dizendo que nós teríamos que comparecer no plenarinho desta Casa, como se nada estivesse acontecendo

neste Parlamento, como se o Senhor fosse solucionar hoje o problema dos brasiguaios.

Ora Deputado, eu acho que nós temos que respeitar o Deputado Paulo Furiatti que é meu particular amigo, o Deputado Paulino Delazeri que tantas vezes nós aqui nos desentendemos, eu tenho as minhas opiniões, ele tem as dele. O Deputado Nereu, o Deputado Orlando Pessuti que é preocupado com a terra, e está preocupado porque faz parte daquela região. O Deputado Eduardo e tantos outros, o Deputado Caíto Quintana, eu acho até e pediria a V.Exa. então que entrasse nesta Comissão, mas não tirar o cunho de uma Comissão que foi formada por Deputados honrados, sérios, que foram lá tentar solucionar o problema.

Agora, sobre o projeto de V.Exa. são dois os meus pensamentos: um, dá-se a nítida impressão de ontem para cá que não tem nada nesta Casa, ninguém fez nada, ninguém se preocupou com nada, ninguém resolveu nada, mas foi resolvido sim. E amanhã eu irei ao meu canal de televisão que eu tenho um programa ao vivo em rede estadual e vou falar com os brasiguaios amanhã, do que se trata nesta Casa. E levarei todos os Deputados se for possível no meu programa, em rede estadual com um pool de emissoras que eu transmito também para algumas áreas aonde as nossas retransmissoras não atingem, dizendo que foi formada uma Comissão nesta Casa para tratar deste problema.

Eu fiquei chateado hoje. Dá-se uma nítida impressão que a Comissão foi formada nesta Casa não resolveu nada, que ninguém fez nada.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu gostaria de resultados, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Certo Deputado. Mas, V.Exa. poderia então conversar com o Deputado Paulino, com o Nereu, com o Deputado Orlando, fizesse uma frente e dissesse: Olha, eu gostaria de participar desta Comissão. Mas da maneira como V.Exa. se portou ontem através da imprensa e está se portando agora, dá-se a nítida impressão de que esta Comissão foi formada aqui para brincadeira, o que não foi.

A imprensa noticiou ontem como se tivesse botado fogo e que é o Deputado Lindolfo Júnior que vai reunir hoje na Assembleia um grupo de Parlamentares para imediatamente aprovar um projeto, para imediatamente solucionar o problema dos brasiguaios.

Eu não penso desta maneira. Eu sou um companheiro que voto aqui nesta Casa com a minha consciência. Já apanhei muito, nesta Casa, aprendi muito, vim para cá não como

o dono da verdade, nem como Dono de Deus.

Eu vim para cá, apanhei muito e aprendi muito, voto de acordo com a minha consciência, mas este é o tipo de projeto que V.Exa. nunca contará com o apoio da Bancada do PRN. Se a Bancada do PRN votar, eu saio desta Bancada hoje, e a Senhora, Amélia, sabe muito bem disto. Porque isto é uma afronta contra os japoneses, os italianos, os alemães, todos os que vieram plantar o seu pedaço de terra aqui.

Então por quê isso? Eu acho que é melhor essa Comissão se reunir, detalhar, procurar soluções, fazemos sim uma frente de parlamentares.

Vamos discutir isso com alguns Deputados Federais, se eles estão interessados com esse problema, vamos discutir com o Ministério das Relações Exteriores, apesar que a classe política está tão desgastada, tão desmoralizada na Nação brasileira, mas por que que essa Comissão não pode fazer isso? Agora, eu não posso permitir que Vossa Excelência apareça ontem e hoje sendo o dono do mundo e o dono da verdade. Isso, aqui não!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a Liderança do PL.

(DECLINA).

Com a palavra a Liderança do PT.

(DECLINA).

Com a palavra a Liderança do PMB.

(DECLINA).

Com a palavra a Liderança do PDS.

(DECLINA).

Com a palavra a Liderança do PDT.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há momentos em que nós não conseguimos entender as reações do ser humano. Vejam que o Deputado Lindolfo Júnior chegou aqui nesta Assembleia hoje à tarde e assim que subiu à tribuna haviam três canais de televisão a focalizá-lo e em seguida uma série de entrevistas dizendo do seu Projeto bombástico, qual seja o de tirar as terras dos estrangeiros moradores no Paraná.

O pior de tudo é que a imprensa agora já fez o seu papel, convocada que foi evidentemente pelo Deputado, já colheu as informações, já prepara para soltar nos jornais da noite e o Paraná todo, quem sabe até o Brasil vai tomar conhecimento e o Paraguai também vai tomar conhecimento de que a Assembleia Legislativa aprovou hoje ou recebeu, teve o apoio dos Senhores Parlamentares de um Projeto totalmente inconstitucional, completamente irresponsável e acima de tudo discriminatório.

Eu faço um apelo ao Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, porque nós, os demais Deputados temos um nome a zelar e esta Casa principalmente tem o seu nome

a zelar, que imediatamente a sua assessoria, Presidente Anibal Khury, expeça uma nota oficial a todos os jornais e aos canais de televisão, sob pena de que entre hoje e amanhã possamos ter notícias tristes e lamentáveis envolvendo irmãos brasileiros lá no Paraguai, em função da notícia que fatalmente vai atingir o lado paraguaio ainda na tarde de hoje; e nós não podemos correr este risco, a Assembléia, nós, demais Parlamentares não podemos assumir uma responsabilidade desse tamanho de um Projeto que não tem cabimento. Não sei se o jeito é subir à tribuna com melancia na cabeça ou fazer um "strep-tease" aqui Deputado Alborghetti, porque daí a imprensa vem e focaliza. É assim que nascem alguns políticos mentirosos, alguns irresponsáveis e que ganham até cargos na medida em que aparecem as eleições.

Nós não podemos, de maneira nenhuma, permitir esta barbaridade que se comete hoje na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Por isso, eu volto a insistir à Presidência que imediatamente acione a sua assessoria de imprensa para que expeça uma nota oficial dizendo de que a Assembléia não deu apoio ao Projeto de Lei do Deputado Lindolfo Júnior e de que não tem nenhuma responsabilidade, neste ato que eu considero irresponsável, porque eu repito mais uma vez, a comunicação é rápida, daqui a pouco os paraguaios vão tomar conhecimento deste Projeto estapafúrdio, deste Projeto inconseqüente do Deputado Lindolfo Júnior, é nós poderemos ver alguns irmãos brasileiros, irmãos paranaenses, irmãos curitibanos sendo vítimas da violência, com a mesma violência que tenta se aplicar através deste Projeto de Lei. Eu iria quase até mais além pedir até um exame de sanidade mental ao Deputado, porque não é possível, minha gente, que uma mente sã pudesse de repente colocar aqui nesta Casa um Projeto desta categoria, por isso fica aqui a posição da Bancada do PDT de que de maneira nenhuma vai aceitar o apoio ao este Projeto. Eu conclamo aos demais companheiros a derrubarmos já, imediatamente, quando o Presidente pedir o apoio todos nós Parlamentares votemos contra, não aceitando esta barbaridade que tenta-se impingir aos irmãos paraguaios. Isto é um caso de polícia o que tenta-se fazer utilizando a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Ora, se tem alguém que pode entender um pouco o problema lá da fronteira são os companheiros Parlamentares daquela região, são os companheiros que estão mais perto da região, não o Deputado Lindolfo Júnior, nem este Parlamentar aqui da Capital do Estado. Agora, existe uma comissão já formada de Parlamentares que irão tratar, lá no próprio Paraguai, se for o caso, mas com diplomacia, com respeito para

Curitiba, segunda, em 04.12.89

com os irmãos paraguaios. Não é assim que se faz política tentando fazer revanchismo, fazer violência que provoca a violência. Não é assim que nós desejamos. Por isso Senhor Presidente, quero aproveitar já e emendar no Horário da Liderança do meu Partido para lamentar a perda que nós tivemos neste final de semana do coronel reformado da Polícia Militar Manoel Cursino Dias Paredes, membro de tradicional família que ajudou a construir a história da corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná que faleceu na manhã de ontem em Curitiba. Tinha 72 anos de idade, sofreu um derrame cerebral, estava internado no Hospital Santa Cruz, e com seu sepultamento ontem com as honras militares no Cemitério da Água Verde perde o Paraná e perde em especial a Polícia Militar, um grande comandante. Manoel Dias Paredes deixa viúva a D. Eloína Paredes e dois filhos, ambos oficiais do Corpo de Bombeiros. Corporação que ele próprio foi comandante durante alguns anos. Paredes exerceu importantes postos na carreira da Polícia Militar até deixar a ativa; chegou a ser também diretor do Presídio Provisório de Curitiba, no Ahú, foi Vereador da Capital do Estado do Paraná, e Grão-Mestre da Maçonaria no Paraná. A História da Polícia Militar confunde-se com a própria história da família de Manoel Cursino Dias Paredes. Seu avô foi um dos fundadores da organização policial, seu pai Augusto Dias Paredes teve sete filhos sendo que todos seguiram a carreira militar, e alcançaram a maior patente a de coronel numa situação completamente inusitada. Os filhos de Manoel a exemplo de vários descendentes de seus irmãos, igualmente escolheram a carreira militar.

Então, eu acredito que em nome de toda a Casa nós fazemos esse voto de profundo pesar pelo falecimento deste grande companheiro que tão grandes serviços prestou à coletividade curitibana como Vereador, à coletividade paranaense como comandante do Corpo de Bombeiros e também como Diretor da Prisão Provisória em Curitiba.

Era só, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB com a palavra. (Declina)
PTN com a palavra.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Quero falar em nome da Liderança do PL, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O PL foi o primeiro a ser chamado e ninguém solicitou a palavra.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu estou atento e não foi anunciado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, cinco minutos para o PL, cinco minutos para o PFL, Vossa Excelência tem sido tão democrata e ouvido os pronunciamentos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pois é, mas tem o Regimento Interno.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, eu observei atentamente o anúncio do PL e do PFL não.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu não observei do PL, Senhor Presidente, e estou esperando, e inclusive anunciei da tribuna que iria falar no Horário da Liderança do PL para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai abrir um precedente, mas anunciei e os serviços de taquigrafia devem ter anotado.

Mas, como nós estamos num regime, por enquanto, liberal-democrático, vamos conceder a palavra por cinco minutos improrrogáveis, para cada um dos Senhores Deputados.

Com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos da imprensa, companheiros que nos visitam. Isso tem-se tornado, desde que nós apresentamos alguns projetos que beneficiavam o funcionalismo público do Paraná, como é o reajuste mensal, uma constante até, este posicionamento de alguns companheiros da Assembléia Legislativa.

Eu, com sinceridade, Senhor Presidente, quero debater no campo das idéias. Eu não quero baixar o nível de pessoas que acham que têm voto de repente numa divisa e fica com medo porque sabe que esta semana eu vou para lá: e vou conversar pessoalmente com os brasiguaios.

Nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, eu sempre tive o maior respeito por Vossa Excelência. Eu conheço a sua história, eu sei da sua luta para conseguir a notoriedade que Vossa Excelência conseguiu como homem de comunicação neste Estado.

Mas conheço o Alborghetti da televisão, e conheço o Alborghetti pessoalmente também, fora da televisão. Eu conheço o Alborghetti que trabalha para um grupo de empresas, que não é o Alborghetti Deputado é o Alborghetti, que é o Alborghetti que vem aqui, depois do seu horário de televisão e diz:

"Cheguei, já enganei os trouxas do Paraná".

Eu conheço Vossa Excelência

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

solicita ao nobre orador...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Vossa Excelência sabe do trabalho dedicado que temos feito nesta Casa...

Ah! Xinga Deputado, pode xingar...

O SR. EDUARDO BAGGIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Eu solicito de Vossa Excelência, que mande expurgar dos Anais desta Casa, estas palavras indecorosas do Deputado Lindolfo Júnior, do qual, não só a nossa Bancada, mas creio que todos os Deputados desta Casa, não admitem injúrias contra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, quando menos eu, nobre Deputado, e solicito mais Senhor Presidente, que a minha assinatura que foi colocada de maneira enganosa pelo Senhor Lindolfo Júnior, seja retirada daquele pedido do Projeto dele, que está apresentando nesta tarde.

Solicito a retirada de minha assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua com a palavra o nobre Deputado...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Pela ordem, Senhor Presidente. Pela ordem.

Estenda a ordem para todos, depois eu falo, Senhor Presidente, por favor, porque eles não querem deixar eu falar.

É sempre assim, nunca querem deixar eu falar, porque sabem que esta voz não vai-se calar, porque sabem disso. Não quero aplausos do PMDB. Eu tenho os aplausos do povo do Paraná.

Senhor Presidente, continuando o nosso raciocínio. Eu sempre respeitei as idéias dos Deputados desta Casa...

O SR. RENATO ADUR - Pela ordem, Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - ...Eu agradeço, Senhor Presidente, a benevolência de Vossa Excelência de nos permitir que consigamos encerrar o nosso pronunciamento pelo menos uma vez neste Parlamento.

Senhores Deputados, eu estou perfeitamente tranqüilo. Apresentei um projeto e foi elaborado e estudado durante mais de uma semana, durante uma semana, e eu pergunto: aonde estavam aqueles que tentam prejudicar e criticar o nosso projeto, enquanto nós estávamos com a nossa assessoria enfiados, estudando e elaborando este projeto em defesa do povo paranaense e dos "brasiguaios"? Aonde estavam eles?

Eu sei que a pressão é muito forte aqui dentro, nobres Pares e Lideranças que

nos visitam, por que aqueles que concordaram com o nosso projeto já começam a se manifestar, retirando a assinatura do projeto. Se Vossa Excelência sai do PRN...

O SR. EDUARDO BAGGIO - Fomos enganados por Vossa Excelência...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - ...Então, Vossa Excelência não sabe ler.

Vossa Excelência, como disse ontem o Luiz Ignácio da Silva ao outro candidato, que assina seis mil contratações sem ler...

Se Vossa Excelência Deputado Alborghetti, sai do PRN por que tem o apoio do Líder, então, Vossa Excelência saia agora por que a Líder do seu Partido assinou conosco este projeto e leu com atenção! Eu sei que ela agora vai retirar o seu apoio! Eu até concordo. O que eu não admito, Deputado Alborghetti, é uma crítica rasteira como aquela que Vossa Excelência usa na televisão. Comigo não! Por que se Vossa Excelência me chamar eu vou lá e digo quem é Vossa Excelência no "tête à tête" e se Vossa Excelência não cortar a imagem, o Paraná vai saber quem é verdadeiramente o Alborghetti.

(TUMULTO NO PLENÁRIO)

(SOAM OS TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa suspende a sessão por cinco minutos até que os ânimos estejam restabelecidos. A sessão está suspensa por cinco minutos.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que ocupem os seus lugares e se mantenham serenos.

Está reaberta a sessão.

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Realmente...

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Eu retiro a minha assinatura do Projeto de Lei do Deputado Lindolfo Júnior.

A SRA. VERA AGIBERT - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento)

Da mesma forma que a Deputada Amélia eu também retiro o meu apoio ao Projeto do Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Eu gostaria também, da mesma forma, de retirar a minha assinatura do Projeto do Deputado Lindolfo Júnior. E digo mais, isto não significa que estejamos contra os "brasiguaios". Estaremos sempre ao lado deles, defendendo a sua permanência no país em questão. Não significa a nossa retirada de assinatura do Projeto do Deputado Lindolfo Júnior que estejamos contra os "brasiguaios", que estão lá trabalhando, de sol a sol, para a manutenção das suas famílias.

O SR. RENATO ADUR - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Eu gostaria também de retirar a minha assinatura do Projeto do Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Eu também retiro minha assinatura do Projeto de Lei do Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. JOSÉ FELINTO - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Como o Deputado mais votado de Foz do Iguaçu, procurado para assinar este Projeto, não assinei, não contra os "brasiguaios", mas pelas mãos de quem vinha este projeto: do Deputado fictício, do Deputado dos favores, do Deputado que rompeu com o Governo do Estado por que este não permitiu o "chuncho" que ele queria que fosse feito, através de favores, para empresa de liberação de ICMS e outras coisas mais. Por isso, me recusei a assinar e vi que estava certo, porque aí demonstra a prática deste Parlamentar.

Quero me solidarizar com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, um Parlamentar que tem lutado nesta Casa pelos interesses sociais, não como um oportunista, não como um demagogo, não como um aproveitador, que quer fazer cinema para a platéia. Quem sabe lhe cabia um bom lugar no Teatro Guaíra!

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento). Sr. Presidente. Em primeiro lugar queríamos, nesta questão de ordem, emprestar nossa solidariedade a um dos Parlamentares mais ilustres que temos aqui, pelo seu trabalho e pela sua determinação em favor dos menos favorecidos do Estado do Paraná, que é o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Nós conhecemos, pessoalmente, o dia-a-dia de Luiz Carlos Alborghetti, conhecemos os seus problemas familiares - que não

são poucos, de sua família, de sua gente, e não poderíamos aceitar em hipótese alguma as injúrias que aqui foram levantadas pelo Deputado Lindolfo Júnior, que mais uma vez comprova, dentro deste Plenário, no Parlamento, não ser digno e merecedor das nossas atenções e do nosso respeito.

Sr. Presidente, fomos procurados esses dias por alguns funcionários públicos, que veementemente nos criticavam e à bancada do PMDB, por termos nos posicionado contrário ao Deputado Lindolfo Júnior. Hoje, quando ele nos procurou, quisemos dar uma oportunidade, dar uma chance, dizer que não éramos sistematicamente contrário ao Deputado, mas estamos vendo que não adianta darmos oportunidade para quem não a merece.

O Deputado Lindolfo Júnior, pelo seu comportamento e pela sua postura, principalmente com relação ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, mostrou que não é digno de receber o nosso apoio em qualquer de suas iniciativas, mostrou muito mais ainda: que não é digno de envergar o nome de Deputado Estadual. Razão porque eu retiro o voto de confiança que havia dado à sua pessoa, assinando o seu projeto de lei.

Doravante não assinarei sequer um requerimento ou um ofício junto com o Deputado Lindolfo Júnior, porque provou que não é digno de merecer a confiança dos seus Pares.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tão logo tomamos conhecimento, através da imprensa, do que está acontecendo no nosso país vizinho e mais precisamente com o projeto de lei daquele Congresso, que vem criar sérias dificuldades para uma grande legião de brasileiros, mais precisamente paranaenses, que hoje povoam as fronteiras do Paraguai e tão logo solicitada pelo Deputado Paulino Delazeri nesta Casa, fosse criada uma Comissão para tratar do assunto com a devida seriedade que merece - e como líder do meu Partido - fiz a indicação do Deputado João Arruda, com a seriedade que lhe é peculiar, para cuidar das causas do nosso povo do Paraná e por ser ele, um Deputado mais próximo da região fronteiriça, com maior facilidade de acesso para discutir em todos os ângulos a importância desse projeto paraguaio, que vem criar sérias dificuldades para o povo do Paraná e o desentendimento entre esses dois países. O País e o Estado convivem fraternalmente com a livre passagem de fronteira sem problema nenhum.

Mas, acredito, Srs. Deputados, que o Deputado Lindolfo Júnior, preocupado exclusivamente com a autopromoção, talvez, no seu sonho vão de conseguir um maior es-

paço na imprensa paranaense ou na imprensa brasileira, querendo se autopromover, deve ter lido nos seus momentos de insônia alguns livros de Maquiavel, que usa como princípio; para se conseguir os fins, não importam os meios e vem trazer esta prática para a Assembléia Legislativa do Paraná.

Tanto é que saiu apressadamente colhendo assinaturas de Deputados, porque temos um princípio nesta Casa, nos respeitar, e quando alguém chega com um documento e pede a um Deputado que assine, normalmente, pelo fato imediato de confiança, não se discute, às vezes, a veracidade daquele documento e colocando aí em situação injuriosa grande parte dos Parlamentares desta Casa, que assinaram o seu projeto. Um projeto que na verdade é uma vergonha para nós paranaenses e Parlamentares deste Estado.

Portanto, eu também assinei e tão imediatamente consegui ler o requerimento, rasurei a minha assinatura, porque me senti envergonhado de ter confiado no Deputado Lindolfo Júnior, um jovem que poderia estar fazendo política com seriedade. Poderia estar fazendo política com respeito ao povo do seu Estado e principalmente com respeito aos seus colegas Parlamentares e não só pensando em ocupar um espaço na imprensa para se autopromover.

Mas, é com Parlamentares que conduzem a política desta maneira, que lá fora às vezes encontramos a população revoltada com os políticos, arrependida de ter eleito certos políticos e dizendo que sem eles, o País talvez fosse melhor.

São essas pessoas que conduzem a população a pensar desta maneira e quero também, em nome do meu Partido, o PFL, dizer que de forma nenhuma, nenhum dos nossos Parlamentares, eu tenho certeza, vai votar a favor deste projeto e depositar em nome do meu Partido, o voto de solidariedade e respeito que temos tido por ele e recebido dele, o Deputado Alborghetti, que hoje nesta Casa foi agredido, ofendido na sua moral, na sua dignidade e nós o conhecemos muito bem, sabemos do trabalho que ele tem feito pela causa paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Decidindo as várias questões de ordem levantadas pelos Srs. Deputados, a começar pelo Sr. Deputado Nereu Massignan, esta celeuma faz-me lembrar a Batalha de Itararé, que não houve.

Até agora o Deputado não apresentou o projeto. Não há questão de ordem a decidir.

Há, sobre a mesa, ofício do Sr. Cônsul do Paraguai, que encaminha a Ata da segunda reunião extraordinária do Grupo Consu-

lar Paraguai/Brasil, que trata deste assunto.

A Mesa vai encaminhar este ofício à Comissão legalmente constituída e autorizada pelo Plenário.

O SR. PAULINO DELAZERI (Pela Ordem) - Eu solicito a Vossa Excelência que informasse a este Plenário, o conteúdo desta nota.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai encaminhar para a Comissão. A Comissão é que vai dar depois à Presidência a sua opinião sobre o assunto.

Findo o Horário das Lideranças,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.**

Projetos de lei de autoria dos Srs. Deputados Nereu Carlos Massignan e José Rogério Carvalho, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei n°s 317 a 320/89, bem como ao Projeto de Resolução n° 67/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. - **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 317/89, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 81/89), dispõe que aos servidores públicos civis do Quadro Geral do Poder Executivo e aos Servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração Direta e Autárquica, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 318/89, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO, dispõe que aos ocupantes dos cargos dos servidores auxiliares do Ministério Público do Estado, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 319/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, dispõe que aos servidores do Poder Judiciário do Estado, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 320/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, dispõe que aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 67/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, dispõe que aos servidores do Poder Legislativo, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. - **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 65/89 (ex-Projeto de Lei n° 170/87), que autoriza a realização de plebiscito visando a criação do Município de CANDÓI, desmembrado do município de Guarapuava, formado com áreas do Distrito de Candói e do Distrito de Paz, com as divisas que especifica. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 185/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede gratificação de responsabilidade técnica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, emendas em número de duas, de autoria dos Srs. Depu-

tados Anibal Khury e Cândido Bastos, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 185/89
EMENDA ADITIVA

Inclua-se onde couber, o seguinte artigo:

"Art. - Para os efeitos da Lei n° 9049/89, de 06 de julho de 1989, ficam incluídos os profissionais de nível universitário da Administração Indireta e Fundações, extensivo aos inativos regidos pelas Leis Federais n°s 5194/66 e 6496/77.

Sala das Sessões, em

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, Quielise Crisóstomo, Luciano Pizzatto e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa estender aos profissionais de nível universitário da Administração Indireta e Fundações o adicional de 40% (quarenta por cento) de responsabilidade técnica.

Efetivamente, trata-se de medida que faz valer o princípio da isonomia constitucionalmente estabelecido, eis que assim como os funcionários da administração direta, os da indireta, bem como os das fundações, com nível universitário, tem total responsabilidade sobre os serviços executados, devendo, em caso de imperícia, responder pelos danos delas decorrentes.

Assim, a presente gratificação tem o intuito de conceder aos mencionados profissionais, uma compensação pela responsabilidade que possuem ao desempenhar suas funções.

PROJETO DE LEI N° 185/89
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos ocupantes de cargos de nível universitário da administração direta e autárquica do Estado, extensivo aos inativos, regidos pelo Decreto Federal n° 85.878/81 e lei Federal n° 3820/60, Decreto-Lei n° 5452/43, Lei n° 2800/56, Decreto n° 85.877 e Lei Federal n° 6684/9, e Decreto-Lei n° 9295/46, a gratificação de responsabilidade técnica no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os seus vencimentos, para todos os efeitos legais.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

APOIAMENTO:

João Arruda, Djalma de Almeida César, Vera Agibert, Dirceu Manfrinato, Luiz Carlos Alborghetti e Antônio Costenaro Neto.

JUSTIFICATIVA:

Apresentou o ilustre Deputado Anibal Khury, projeto de lei cujo núcleo atribui o equivalente a 40% (quarenta por cento) como gratificação aos servidores ocupantes dos cargos de nível universitário, a título de anotação de responsabilidade técnica, sendo que nas profissões mencionadas, não se incluem os profissionais graduados como contadores ou técnicos em contabilidade equiparados.

O conceito de "responsabilidade técnica", por si só é específico a cada profissão, sendo evidente que os CONTADORES, no exercício do seu ofício, ativam labores que guardam óbvias "responsabilidades" e evidente que estas são de caráter "técnico" dado o que a própria ciência encerra no campo de sua aplicação.

Essa circunstância decorre dos próprios fundamentos do Decreto-Lei n° 9295/46 de regência da profissão contábil que tem como regulamentação a Resolução CFC n° 560/83.

Assim, a compreensão a que manifesta o projeto de lei mencionado pela similitude de desempenho com as profissões de farmacêutico, químico e biólogo, juridicamente pode ser atribuída também aos contadores e técnicos em contabilidade que, por direito adquirido, aos mesmos se equiparam.

O SR. ERONDY SILVERIO (Pela ordem) - Sr.

Presidente, eu votei favoravelmente em Primeira Discussão ao Projeto de Lei n° 345/89.

Entretanto, quero fazer um apelo ao líder do Governo e ao líder da Bancada Majoritária do PMDB para que retiremos da Ordem do Dia esta matéria porque ela não é elucidativa.

A Casa autoriza a majoração trimestral da unidade fiscal, de acordo com os índices de correção monetária. Em seguida, autoriza também um aumento absurdo, porque é um duplo aumento das taxas de segurança pública, em níveis que nenhum dos Srs. Deputados aqui dentro tem conhecimento. Eu desafio qualquer dos Srs. Deputados para me dizer o que está votando. Ninguém sabe o que está votando.

Então, a matéria precisa, porque vai recair sobre os ombros do contribuinte que já está tão penalizado.

É evidente que não somos contra a atualização das taxas de serviços públicos, mas elas têm que ser comedidas, dentro de um limite suportável pela população.

Eu faço este apelo a essas duas lideranças, se eu não for atendido eu requeiro a Vossa Excelência, desde já, a retirada por três sessões, até que o Governo do Estado forneça a esta Casa os meios indispensáveis para que votemos a mensagem com plena consciência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Na ocasião da votação a Mesa decidirá a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência.

Emendas aprovadas em segunda discussão. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovada.

Emenda do Deputado Orlando Pessuti. - Aprovada.

Emenda do Deputado Cândido Bastos. - Aprovada.

Emenda do Deputado Anibal Khury. - Aprovada.

O projeto irá à Quarta Discussão.

EM VOTAÇÃO

3. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 329/89, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede a Alide Maria Brígido, pensão mensal conforme específica. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral, de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Basílio Zanusso e Anibal Khury, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 329/89 EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1° - Fica concedida uma pensão mensal no valor de (02) dois salários-mínimos a Alaide Maria Brígido, Wilobaldo Gomes da Silva Neto e Cezar Augusto Gomes da Silva, companheira e filhos menores do ex-Agente de Reclusão Adalberto Gomes da Silva, a partir de 14 de novembro de 1989.

Parágrafo Único - A pensão de que trata este artigo deixará de ser devida à companheira caso venha a possuir rendimentos próprios ou contrair matrimônio e aos filhos quando atingirem a maioridade.

Art. 2° - Fica concedida a Maria de Lourdes Schiavon, viúva do ex-Prefeito do Município de Florai, Urbano Pedroni, uma pensão mensal no valor equivalente a dois (02) salários-mínimos.

Parágrafo Único - A pensão de que trata o "caput" deste artigo deixará de ser devida, caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 3° - Fica concedida a Ruth Isabel Ponestk, uma pensão mensal equivalente a dois (02) salários-mínimos.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) ALGACI TÚLIO, BASÍLIO ZANUSSO e ANIBAL KHURY

Apoiamento: Pirajá Ferreira e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O escopo do art. 1° desta emenda substitutiva geral é indiscutivelmente justo e oportuno, eis que virá ensejar

condições mínimas de sobrevivência à família do ex-servidor Adalberto Gomes da Silva, tragicamente morto em 14 do corrente mês, durante o triste e lamentável episódio ocorrido quando do motim de presos da Penitenciária Central do Estado, no Município de Piraquara.

O objetivo do art. 2° desta emenda substitutiva geral é fazer com que o poder público atenda à viúva de quem muito contribuiu para o desenvolvimento do Município de Florai e que está em estado desesperador.

A medida proposta no art. 3° desta emenda justifica-se pelo fato de que a beneficiária foi considerada incapacitada para o exercício de suas funções em consequência de meningite provocada por tuberculose cerebral, adquirida no estabelecimento escolar em que exercia o magistério.

Contamos com a aprovação dos ilustres Deputados para a tramitação urgente desta matéria.

- Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda substitutiva, queiram conservar-se como estão. Aprovada. As demais emendas ficam prejudicadas.

EM VOTAÇÃO

2. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 297/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que acrescenta parágrafo único ao Art. 281, da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 284/89, de autoria dos Deputados GERNOTE KIRINUS e ANTÔNIO ANNIBELLI, que retifica a Lei n° 9008/89 e dá outras providências. (Criação de Santa Tereza do Oeste). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 347/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, "post-mortem", ao Sr. Abilon de Souza Naves. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA, por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 251/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual de Transporte Escolar, conforme específica. Com PARECER CONTRÁRIO

da C.C.J., por unanimidade e PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.E., por unanimidade.

O Sr. Presidente determinou a retirada por 30 (trinta) sessões do Projeto de Lei nº 251/85.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 67/88, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que torna obrigatória a distribuição anual a todos os alunos de Primeiro e Segundo graus do Estado do Paraná, uma cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/88, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que institui o Concurso de Combate ao Fumo, para Radioamadores do Estado do Paraná a ser realizado, anualmente, em 29 de agosto, "Dia Nacional de Combate ao Fumo", consagrado pela Lei Federal nº 007488, do dia 11 de junho de 1986. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.C.E., por unanimidade. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que institui gratificação de verba de representação aos funcionários ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio do Pessoal do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Jorge Aloysio Weber, e também concede os Títulos de Cidadão Benemérito do Paraná aos Srs. Carlos Alberto Pereira de Oliveira, George Christofis, Rubens Armando Brustolin, José Alberto Pereira Ribeiro e Ariovaldo de Mello Arantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 87/89), que dá nova redação ao § 1º, do Art. 3º, da Lei nº 7257, de 30 de novembro de 1979, alterado pela Lei nº 7812, de 20 de dezembro de 1983.

Sobre o Projeto de Lei nº 345/89, foi requerido o Parecer da Comissão Geral. O Deputado Orlando Pessuti é o relator. Vossa Excelência, após esta primeira votação, Deputado Erondy, se quiser entrar com o requerimento...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu requeiro verbalmente e já encaminhei por escrito Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após Primeira Votação, porque o projeto está em fase de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Após a primeira, que eu votarei favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Pessuti vai apresentar o seu relatório.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 345/89

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 87/89, visa conferir nova redação ao § 1º, do art. 3º, da Lei nº 7812, de 29 de dezembro de 1983, para o fim de atualização monetária trimestral da Unidade de Padrão Fiscal do Paraná.

Trata-se de medida de mera atualização monetária de créditos tributários do Estado, que não infringe sob qualquer aspecto os dispositivos constitucionais federais e estaduais, ao contrário, encontra-se em perfeita consonância com os mesmos.

Certo é que a simples atualização monetária não representa majoração do tributo e desta forma não fere o princípio da estrita legalidade preceituado no Art. 150, I, da Magna Carta.

O parecer é, pois, Favorável à sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 04.12.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Em votação o Parecer. Aprovado. Em votação o Projeto. Aprovado.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a retirada por 3 (três) sessões do Projeto de Lei nº 345/89. - **Aprovado.**

Fica, portanto, retirado por 3 (três) sessões, o Projeto de Lei nº 345/89.

Sobre a mesa, requerimento de nº 2798, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2738 e 2737, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2763 e 2781, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constantes do expediente. **Aprovados** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2794, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do

expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2736, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2792, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2730, 2731 e 2732, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2739 e 2740, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2762, 2761, 2760, 2743, 2770 e 2742, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2795, 2786, 2785, 2784, 2783 e 2782, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2748 a 2754, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 2788 a 2791, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2778, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2800, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2797, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2773, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - **Prejudicado.**

Requerimento de n° 2774, de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2775, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2768, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Djalma de Almeida César, Artagão Mattos Leão, Acir Mezzadri e de demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de complementar a CPI do SUDS. Em discussão.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - (Pela Ordem) Senhor Presidente. Eu gostaria de levantar uma questão de ordem, uma vez que essa CPI do SUDS já foi extinta por uma decisão da Mesa da Assembléia Legislativa, em função de duas questões:

- Primeiro - Que o Prazo de prorrogação, tinha sido extinto e tinha sido pela própria Comissão, pela própria CPI, reduzido para quarenta e cinco dias, quando seu prazo era de cento e vinte dias.

Segundo motivo, pelo qual esta CPI foi extinta, foi porque ela não tinha a participação dos partidos das bancadas minoritárias nesta Casa.

Então não se justifica e eu gostaria de uma posição da Mesa, querer a prorrogação da mesma CPI, por prazo, que pela maioria tinha sido diminuído e também pedindo que seja com a participação dos mesmos partidos, que sem dúvida nenhuma, não participação desta CPI.

Eu gostaria que Vossa Excelência desse uma posição e também nesse caso, se a assinatura não seria em número de vinte e oito, ao invés de dezoito como esta nesse documento.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente. Salvo melhor juízo a Mesa anunciou um requerimento de dezoito Senhores Parlamentares, pedindo a constituição de uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito, para tratar dos assuntos ligados ao SUDS, e não para dar prosseguimento a CPI anterior. Vossa Excelência mesmo frizou que a CPI anterior foi extinta, dando ao término do seu prazo.

O que está se pedindo é uma nova CPI para se concluir os trabalhos, para se promover as averiguações anteriormente solicitadas no caso SUDS. E, nesse caso, não está se proibindo a participação dos partidos minoritários pelo menos é o que nos parece constar.

Então não tem nada em nosso entendimento de mais que se constitua uma CPI para averiguar os casos do SUDS, como fora desejo inclusive, desse Parlamento numa outra ocasião.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Eu solicitaria a Mesa, se no caso de uma CPI, tratar do mesmo assunto, na mesma legislatura, não teria que ter a maio-

ria dos Senhores Deputados.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Senhor Presidente. Esse requerimento deu entrada hoje no Plenário?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O requerimento deu entrada hoje.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu requeiro para discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Esse requerimento independe de discussão.

Mas a Mesa passa a decidir. O requerimento é controverso, porque requer-se que a composição seja a mesma da CPI extinta e que o prazo seja de trinta dias para realização e cumprimento de suas finalidades em número de nove membros. A Mesa vai decidir essa questão de ordem na sessão da amanhã, porque a matéria é controvertida.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente. Apenas para nos congratularmos com esta Presidência, mais uma vez lamentarmos o episódio do qual fora vítima o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, e agradecer nobres Deputados que hoje participaram da Sessão em especial Sua Excelência Lauro Lobo Alcantara, Deputado Artagão Mattos Leão, que consentiram eu diria assim, que o projeto de lei de vossa autoria o Projeto n. 185/89, com emendas de Plenário deste Deputado que vos fala e o Deputado Cândido Pacheco Bastos, pudessem merecer a aprovação unânime desse Parlamento no que diz respeito a concessão de quarenta por cento de anotação de res-

responsabilidade técnica para algumas categorias profissionais.

Nós agradecemos a todos os Parlamentares e às lideranças do Governo e da bancada do PMDB que anteriormente se postavam de forma contrária diria. Mas que hoje, dado os argumentos de Vossa Excelência, nossos argumentos e de outros Parlamentares consentiram que este projeto merecesse a aprovação unânime dos Parlamentares aqui presentes na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 4.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 185/89 e 329/89
- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 297/89 e dos Projetos de Leis ns. 284 e 347/89
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 67 e 211/88, 192, 247, 328 e 343/89.
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 283/89 e dos Projetos de Lei n. 210, 258 e 346/89.
e dos Projetos de Resolução ns. 50 e 71/89

Levanta-se a sessão.